



ÍNDICE

CAP 1 – Introdução	3
CAP 2 – Ameaças e Riscos à Segurança na Europa	5
2.1 – Generalidades	5
2.2 – O Ambiente Internacional Actual. Riscos e Ameaças	6
CAP 3 – Defesa Comum Europeia	7
3.1 – Antecedentes e Evolução	7
3.2 – Actualidade	8
3.3 – Organizações com Responsabilidade na Segurança Europeia	17
3.4 – A União Europeia	18
3.4.1 – Objectivos da União Europeia no Âmbito da PESC	18
3.4.2 – A IESD e a relação UE/OTAN	19
3.4.3 – A Estrutura Política-Militar da UE	22
3.5 – Que futuro? Cenários de Evolução	23
CAP 4 – Defesa Nacional	25
4.1 – Generalidades	25
4.2 – Evolução do Conceito Estratégico de Defesa Nacional	26
4.3 – Relações de Portugal com a OTAN/UEO/OSCE/UE	26
4.4 – Portugal e a IESD	30
CAP 5 – Forças Armadas Portuguesas	31
5.1 – Actualidade	31
5.2 - Cenários de Emprego	33
5.3 - Os interesses de Portugal face à UE/PESC	34
CAP 6 – Contribuição de Forças Nacionais para o Headline Goal. Posição Nacional, face aos Possíveis Cenários	36
CAP 7 – Implicações para as Forças Armadas Portuguesas – Conclusões	38
CAP 8 – Propostas	42
 BIBLIOGRAFIA	 48



ANEXOS

Anexo A – Defesa Comum Europeia – Antecedentes e Evolução

Anexo B – Título V do Tratado da União Europeia

Anexo C – Missões de Petersberg

Anexo D – Organizações com Responsabilidade na Segurança da Europa

Anexo E – Forças Multinacionais Europeias

Anexo F – Tratado de Amsterdão

Anexo G – Estrutura Política-Militar da UE. Constituição do Quadro de Pessoal Militar

Anexo H – Evolução do Conceito Estratégico de Defesa Nacional

Anexo I – Despacho N° 317/CEME/98 – Criação das Forças de Projecção do Exército

Anexo J – Directiva de Planeamento de Forças – DPF/CEMGFA/99

Anexo K – Contribuição Inicial de Forças para o Headline Goal

Anexo L – Contribuição Adicional de Forças para o Headline Goal

Anexo M – Justificação da Contribuição Adicional de Forças para o Headline Goal



“Se a Europa se unisse um dia para partilhar a sua herança comum, não haveria limites à felicidade, à prosperidade e à glória de que poderia gozar a sua população.

As ruínas e os ódios de guerra, podem remover-se. E, existe um remédio. Consiste em reconstruir a família europeia”

W CHURCHILL, 1946.

1. INTRODUÇÃO

Às esperanças suscitadas pelo termo da “Guerra Fria”, quanto à definição de um entendimento entre os principais actores internacionais, susceptíveis de gerar uma diminuição de tensões regionais e uma eficaz prevenção de conflitos localizados, sucedeu, nos últimos anos, um ambiente substancialmente diferente, que se revela pela emergência de um conjunto de novas ameaças à paz e à estabilidade mundial, para cujo controlo é cada vez mais difícil garantir formas de actuação comuns.

A actual conjuntura internacional é caracterizada por um ritmo de mudança acelerado, em que a incerteza e os factores de instabilidade coexistem. Esta nova situação, abriu janelas de oportunidade, quer para um novo relacionamento mundial e para o desenvolvimento, quer para uma nova perspectiva das relações internacionais e para a segurança.

Este novo ambiente internacional conheceu nos últimos anos situações que inspiram assinalável preocupação no próprio Continente Europeu, que, a Comunidade Internacional procurou dar resposta com o contributo de Portugal enquanto parceiro responsável, que exigiram uma redefinição das orientações estratégicas a imprimir à política de defesa nacional e à organização, estruturação e empenho das nossas Forças Armadas.

Em Maastricht foram lançadas as bases de uma união política europeia, sustentada por uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC). Mas a sangrenta implosão jugoslava pôs a nu a impotência, as divisões e a fragilidade dos propósitos da União. A posterior assinatura do Tratado de Amsterdão consistiu em reformular a PESC, a fim de melhorar o seu funcionamento e de melhor equipar a União Europeia (UE) a nível internacional, mas só a partir da reunião de Saint-Malo (1), que envolveu os governos do Reino Unido, da Irlanda e da França, é que a mudança de política do Reino Unido, permitiu evoluir para a intenção da UE, poder responder a situações de crise internacional, resultantes de, proliferação de armas de destruição maciça, desastres ecológicos, instabilidade política, económica e tensões étnicas, e ainda ao ressurgimento de conflitos locais como na antiga Jugoslávia, dispondo de uma capacidade de actuação autónoma, assente em forças militares credíveis e com grau de prontidão elevado.



Na actualidade, a importância e o interesse do tema que nos foi proposto, parecem-nos fora de questão e motivaram-nos decisivamente no prosseguimento desta incursão, pelos aliciantes e desafios que oferece.

Abordar a questão da Defesa Europeia, especialmente no momento em que ainda não decorreu, o próximo Conselho Europeu de Nice (2), no qual este assunto se destaca como da maior importância, poderá ser considerado exercício de ousadia, mas é esse o nosso desafio que aceitamos com o maior agrado e que esperamos poder levar a bom termo.

O âmbito deste trabalho situa-se no estudo das linhas de força do desenvolvimento da capacidade europeia comum de segurança e defesa, suas incidências em Portugal, tendo em conta as realidades do actual panorama internacional, o inter-relacionamento e a interacção dos actores intervenientes e o papel de Portugal no mundo.

Nesta conformidade, o nosso objectivo consiste fundamentalmente na tentativa de determinação e abordagem dos eventuais problemas, dificuldades, áreas divergentes, mas também de potencialidades, convergências e complementaridades no processo de concepção e implementação de um Sistema de Segurança e Defesa Comum da Europa, salientando as suas implicações na Defesa Nacional nomeadamente nas Forças Armadas.

Após esta breve introdução, ir-se-á procurar identificar os riscos e ameaças à segurança na Europa, no actual ambiente internacional.

No capítulo 3 é feita uma incursão no âmbito da construção da defesa integrada da UE, procurando enquadrá-la na globalidade da segurança da Europa como um todo, relevando as suas componentes e respectivas organizações.

No capítulo 4 procura-se, abordar as relações e interesses de Portugal, com outras Organizações Internacionais de que faz parte.

O capítulo 5 destina-se, a caracterizar as Forças Armadas Portuguesas, realçando a sua situação actual, cenários prováveis de emprego e os interesses face à Defesa Comum Europeia.

No Capítulo 6 é analisada, a contribuição nacional para as “Headline Goal” (HG), e a forma como decorreu o processo da contribuição de forças.

No capítulo 7 procuraremos sintetizar as conclusões, analisando a posição portuguesa face à UE, nomeadamente quanto aos nossos interesses e implicações nas Forças Armadas.

No capítulo 8 serão feitas as propostas julgadas convenientes.



2. AMEAÇAS E RISCOS À SEGURANÇA NA EUROPA

2.1 Generalidades

Com o final da Guerra-Fria, o sistema internacional deixou de se ordenar em torno de dois blocos ideológicos, caracterizados por determinadas doutrinas políticas e orientações económicas (bipolar) e passou a unipolítico, com um polo predominante (EUA, essencialmente em termos militares) e vários outros pólos em diversos domínios, existindo uma forte tendência para a multipolaridade, “pelo que o novo sistema internacional é mais imprevisível e mais instável a nível de estruturas e dinâmicas, em que o problema da segurança e a distribuição do poder não se circunscreve apenas aos Estados”(3).

Nos últimos dez anos o cenário político e estratégico do velho continente mudou consideravelmente. Assistimos à queda do muro de Berlim, à implosão da URSS, à desagregação da Jugoslávia e ao fim de grande parte dos regimes ditatoriais que existiam nesses países. Os eventos referidos se num sentido foram sinais de progresso e evolução e portanto eventos certamente positivos, noutro determinaram o surgir de questões até aquela altura, entorpecidas ou pelos menos mascaradas, que hoje configuram ameaças e riscos que afectam a estabilidade de toda a Europa. Ao mesmo tempo assistimos ao exarcebamento do fundamentalismo islâmico nos países do Norte de África que igualmente comprometem a segurança do continente europeu, principalmente do Sul da Europa.

Existe um novo enquadramento de segurança, no qual a ameaça decorre mais das situações de instabilidade e de tensão do que de uma situação de guerra generalizada. As diversas formas de conflitualidade, são um problema de toda a comunidade internacional e não apenas de alguns Estados, daí dizer-se que a reconstrução da sociedade internacional, passa pela criação de uma arquitectura de segurança colectiva coerente, eficiente e transparente.

O conceito de segurança, já não é essencialmente de base ideológica e militar, mas agora muito mais multifacetado, preservando a dimensão militar, mas incorporando também as dimensões política, diplomática, económica, social e cultural. Uma segurança que já não se refere só aos Estados, mas também respeita directamente às sociedades e aos indivíduos.

As mudanças verificadas determinaram portanto, a identificação de três áreas de maior probabilidade de ocorrência de conflitos e em simultâneo de se constituírem em fontes de riscos para toda a Europa. Essas áreas são os países saídos do ex-bloco comunista (Leste europeu), a área dos Balcãs e a área a Sul da Europa (Norte de África e Médio Oriente).

Salienta-se que não só as áreas apontadas se materializam como origem de riscos, mas também a Europa vista como um todo contém em si germens de conflitualidade que poderão



desenvolver-se e assumirem proporções de conflito. Centraremos assim a nossa atenção nas possíveis ameaças e riscos à segurança na Europa.

2.2. O Ambiente Internacional Actual. Riscos e Ameaças

Na última década deste século, assistiu-se a transformações da cena internacional, marcadas pelo fim do antagonismo bipolar no plano político e pela evolução do processo de globalização da economia, que geraram um novo ambiente geoestratégico com profundas repercussões na formulação das políticas de segurança e defesa de todos os países. Os países, e nomeadamente Portugal, tiveram de se adaptar a novos factores de incerteza, novas ameaças e riscos e a mudanças aceleradas nas organizações internacionais de que faz parte.

Porém, se a ameaça de um ataque generalizado se desvaneceu, verificou-se, a breve prazo, que o vazio de poder provocado pelo recuo e desagregação do Bloco de Leste trouxe, como consequências nefastas, a emergência de tensões e conflitos, outrora contidos pela dinâmica bipolar. É assim que se manifestam situações de violentos conflitos regionais e que diversas tensões políticas, económicas, sociais, étnicas e religiosas, deflagram em crises e conflitos vários, na periferia da Rússia, nos Balcãs e em África, podendo perturbar o ambiente de segurança na Europa.

A crescente globalização aliada a fenómenos transnacionais cada vez mais significativos continuam a transformar o contexto internacional. As ameaças à segurança são agora percebidas como mais complexas do que nunca.

Verificamos hoje um deslocamento dos factores de conflitualidade, passando os conflitos étnicos e religiosos a substituírem as ideologias como forças sociais, dinamizando e promovendo novas formas de violência que obrigam à revisão das estratégias tradicionais, que serviam para fazer face a ameaças previsíveis e claramente identificadas. Hoje, as ameaças à paz e à segurança, passaram a assumir um carácter multifacetado, imprevisível e transnacional, como resultado das características de um sistema internacional marcado pela interdependência e multipolaridade de modelos políticos, culturais e civilizacionais.

Neste contexto, podemos hoje constatar que os fenómenos que até recentemente não mereciam uma atenção especial, constituem hoje questões político-estratégicas que assumem prioridade nas preocupações de segurança para qualquer governo(4).

Vive-se uma época de vertiginosa e importante evolução na Europa e no Mundo, sendo difícil prever as suas consequências. Em termos mundiais, verifica-se uma significativa perda de centralidade do interestadual e um ganho de densidade da chamada “sociedade - mundo”, como



atesta o entendimento entre regiões, comunidades autónomas e até cidades, sobre a regulação de problemas comuns(5).

Inúmeras organizações não governamentais, ascendem ao papel de actores do sistema internacional, dada a dimensão planetária de múltiplos problemas do nosso tempo e que vão desde o equilíbrio ambiental à gestão dos recursos alimentares, das migrações transnacionais às epidemias de larga escala.

A permeabilidade das fronteiras, ampliada pelo processo da globalização, obriga à sua flexibilidade e impõe aos Estados soberanos, um novo tipo de entendimento da sua inserção na Comunidade Internacional. A natureza difusa das ameaças e riscos, em que os actores são cada vez mais transnacionais e que compreendem acções como o terrorismo (6), o narcotráfico, o crime organizado, as migrações massivas e descontroladas, acções associadas aos fundamentalismos (seja de valores ou de crenças) e as agressões ambientais, suscitam já em vários países não só a atenção, mas obrigam já a uma acção integrada e concorrente.

As assimetrias de desenvolvimento propiciam, tensões internas, desigualdade social e o desejo de modificações rápidas, criando condições propícias para o emergir de tendências radicais de carácter religioso e ideológico e para opções violentas de que o terrorismo é uma acção extrema.

Pode dizer-se então que no novo ambiente estratégico internacional coexistem factores, que criam condições para o desanuviamiento, para a cooperação e para a preservação da paz, com a emergência de poderes regionais e com a existência de factores de instabilidade, potencialmente geradores de crises ou conflitos, em que o desaparecimento de uma ameaça militar caracterizada com uma fronteira estratégica bem delimitada, deu lugar à percepção da existência de riscos diversificados, multifacetados e geograficamente disseminados. A incerteza, a mutação e a transformação acelerada passaram a ser as constantes dos ajustamentos geopolíticos que se têm vindo a verificar.

3. DEFESA COMUM EUROPEIA

3.1. Antecedentes e Evolução

A união entre Nações, com vista a aumentar as capacidades individuais, é uma tendência tão antiga como o próprio conceito de Nação. A aplicação deste conceito numa esfera exclusivamente europeia surge após a I Guerra Mundial, na sequência da Conferência de Paz de Paris de 1919 e da constituição da Sociedade das Nações.



Ao longo das etapas da construção europeia, os conceitos de união política, de política externa comum ou ainda de defesa comum, foram regularmente incluídos nas apresentações de diferentes projectos políticos (ver **ANEXO - A**).

3.2. Actualidade

A PESC é regida pelas disposições constantes do Título V do Tratado da UE (ver **ANEXO - B**). A PESC é igualmente abordada no artigo 2º (antigo artigo B) das disposições comuns, que prevê como um dos objectivos da União "a afirmação da sua identidade na cena internacional, nomeadamente através da execução de uma PESC, que inclua a definição, a prazo, de uma política de defesa comum, que poderá conduzir, no momento próprio, a uma defesa comum (...)".

A instauração da PESC veio responder ao desejo de dotar a União de instrumentos mais eficazes para enfrentar os múltiplos desafios com que se depara a nível internacional, conferindo-lhe uma nova gama de meios de acção, para além das actividades tradicionais da Comunidade no domínio das relações externas, designadamente na política comercial e na cooperação para o desenvolvimento.

O Título V constitui um pilar distinto da UE, uma vez que o seu processo de funcionamento e o seu carácter intergovernamental diferem dos procedimentos correntes nos sectores tradicionais da Comunidade. Esta diferença é especialmente visível a nível do processo de tomada de decisões, que exige um consenso entre os Estados-membros.

Todavia, os primeiros anos de funcionamento do Título V não foram tão satisfatórios como os Estados-membros podiam esperar. Por conseguinte, foi precisamente no contexto de um balanço relativamente negativo que as negociações da Conferência Intergovernamental de 1996 procuraram introduzir, no novo Tratado (7), as reformas institucionais necessárias para conferir maior eficácia à PESC.

Esta reforma revelava-se especialmente urgente na sequência do desmembramento da ex-Jugoslávia. A trágica evolução da situação pôs em evidência a incapacidade e a necessidade de a União ser capaz de agir e de prevenir, em vez de se limitar unicamente a reagir aos acontecimentos. Por outro lado, a crise jugoslava revelou claramente a fragilidade de uma reacção descoordenada por parte dos Estados-Membros. Refere-se a seguir os principais passos para dirimir esta situação.



Tratado de Amsterdão

A entrada em vigor do Tratado de Amsterdão comporta uma importante inovação: a inclusão no Tratado da UE das missões humanitárias ou de evacuação, de missões da manutenção da paz, bem como das missões de forças de combate para a gestão de crises (Missões de Petersberg, ver **ANEXO - C**).

Um dos principais objectivos da Conferência Intergovernamental que culminou com a assinatura do projecto de Tratado de Amsterdão consistia em reformular a PESC, a fim de melhorar o seu funcionamento e de melhor equipar a União com meios credíveis de resposta a crises a nível internacional. Assim, podemos dizer que os progressos introduzidos pelo Tratado de Amsterdão (ver **ANEXO – F**) foram antes de mais, reforçar o carácter operacional da PESC, através da introdução de instrumentos mais coerentes e de um processo de tomada de decisões mais eficaz. Passou a ser possível adoptar medidas através de uma votação por maioria qualificada, devido à dupla segurança representada pela abstenção construtiva (8).

No entanto, a regra geral mantém-se, as decisões relativas à PESC são sempre adoptadas por unanimidade. O Tratado prevê igualmente a possibilidade de integração da UEO na UE, se o Conselho Europeu assim o decidir.

Cimeira de Saint-Malo (9)

No comunicado da Cimeira que envolveu os governos do Reino Unido, Irlanda e da França, é manifestada a intenção, de que a UE, para responder a situações de crises internacionais, deve dispor de uma capacidade de actuação autónoma, assente em forças militares credíveis, com grau de prontidão elevado.

Esta grande mudança na política do Reino Unido, teve num futuro imediato importantes repercussões dada a liderança efectiva que exerce em muitas pequenas potências europeias.

Para alguns observadores o Reino Unido, vê hoje na sua capacidade militar, uma oportunidade de assumir um papel importante no seio dos parceiros europeus, liderando o processo de construção de uma política de segurança europeia, salvaguardando principalmente os laços transatlânticos.

Desde o final desta Cimeira, a questão da segurança europeia tem sido motivo da maior atenção ao nível internacional, reflectindo-se na afirmação progressiva e mais peremptória, da intenção dos 15 Estados-Membros desenvolverem medidas concretas no sentido da UE, desempenhar integralmente o seu papel na cena internacional. Para tal, pretendem dotá-la dos necessários meios e capacidades que lhe permitam assumir as suas responsabilidades



relativamente a uma Política Europeia Comum de Segurança e Defesa (PECSD). Devendo poder tomar decisões sobre todos os tipos de missões em matéria de prevenção de conflitos e gestão de crises definidas no Tratado da União Europeia, as denominadas "missões de Petersberg".

Para esse efeito, a União deve dispor de capacidade de acção autónoma, apoiada em forças militares credíveis, de meios para decidir da sua utilização e de vontade política de o fazer, a fim de dar resposta às crises internacionais, sem prejuízo das acções a empreender pela OTAN. A UE estará assim, mais apta a contribuir para a paz e a segurança a nível internacional, em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas, tomando decisões sobre missões de prevenção e gestão de crises militares e/ou humanitárias, ditas missões de Petersberg, que ela própria dirigirá.

Conselho Europeu de VIENA (10)

O Relatório final do Conselho Europeu considera que a PESC deverá poder contar com capacidades operacionais credíveis, para que a UE possa desempenhar plenamente o seu papel na cena internacional.

Conselho Europeu de Colónia (11)

O Relatório final do Conselho Europeu considera que, para assumir integralmente as suas funções na área da prevenção de conflitos e gestão de crises, a UE deve dispor das capacidades e instrumentos adequados, devendo ser fomentada a reestruturação das indústrias de defesa europeias dos Estados envolvidos neste esforço, incluindo a definição das modalidades para a integração das funções da UEO que serão necessárias para que a UE possa desempenhar as suas novas responsabilidades na área das missões de Petersberg.

A OTAN deverá continuar a ser a base da defesa colectiva dos seus Estados-Membros. Os compromissos previstos no artigo 5º do Tratado de Washington e no artigo V do Tratado de Bruxelas (12) serão, em qualquer eventualidade, preservados para os países que são parte nesses Tratados. A política da União não prejudicará o carácter específico da política de segurança e defesa dos Estados-Membros.

O objectivo é o de reforçar a PESC com o desenvolvimento de uma PECSD, o que requer uma capacidade de acção autónoma assente em capacidades militares credíveis e em órgãos de decisão adequados, por forma, a que a UE disponha das capacidades necessárias (incluindo capacidades militares) e as estruturas adequadas que lhe permitam tomar decisões eficazes na gestão das crises.



No que se refere ao processo de tomada de decisões a nível da UE no domínio da política de segurança e de defesa, devem ser tomadas disposições adequadas para assegurar o controlo político e a direcção estratégica das operações de Petersberg lideradas pela UE por forma a que possa tomar decisões e conduzir essas operações de modo eficaz.

Para a execução eficaz das operações conduzidas pela UE, esta terá de determinar, de acordo com as necessidades de cada caso, se conduzirá: operações lideradas pela UE que utilizem os meios e capacidades da OTAN (situação que requer autorização do Conselho do Atlântico Norte), ou operações lideradas pela UE sem recurso aos meios e capacidades da OTAN.

A criação com êxito de uma PECSD exigirá, em especial:

- a possibilidade de todos os Estados-Membros da UE, incluindo os que não são membros da OTAN, participarem integralmente e em termos de igualdade nas operações da União Europeia;
- os mecanismos satisfatórios para que os membros europeus da OTAN que não são Estados-Membros da UE possam assegurar a sua máxima participação em operações lideradas pela UE, recorrendo aos mecanismos de consulta existentes no âmbito da UEO;
- a necessidade de garantir o desenvolvimento de consultas mútuas, da cooperação e de transparência eficazes entre a OTAN e a UE;
- reflexão sobre as formas de garantir a possibilidade de participação dos Parceiros Associados da UEO.

Conselho Europeu de Helsínquia (13)

O Conselho Europeu acordou em particular no seguinte:

- para desenvolver as capacidades europeias, os Estados-Membros estabeleceram o objectivo comum europeu prioritário (14), que até 2003, e em regime de cooperação voluntária nas operações lideradas pela UE, os Estados-Membros devem estar em condições, de posicionar no prazo de 60 dias e manter pelo menos durante um ano, forças militares até escalão de Corpo (até 15 Brigadas ou 50 000–60 000 pessoas), capazes de desempenhar toda a gama de missões de Petersberg. Estas forças deverão ser militarmente auto-suficientes, possuir capacidades de comando e controlo, informações e apoio de combate e integrar elementos aéreos e navais, se justificar tal situação;



- serão criados no Conselho Europeu novos órgãos e estruturas políticas e militares que permitam à União assegurar a necessária orientação política e direcção estratégica a essas operações (em 1 de Março de 2000, foi instituído um Órgão Militar Provisório composto por representantes dos Chefes de Estado Maior dos Estados-Membros, com o fim de prestar aconselhamento militar ao Comité Político e ao Secretário Geral/Alto Representante);
- desenvolver medidas de consulta, cooperação e transparência entre a UE e a OTAN;
- desenvolver acordos que, permitam aos membros europeus da OTAN não pertencentes à UE e a outros Estados interessados contribuir para a gestão militar de crises, lideradas pela UE;

O desenvolvimento de capacidades militares europeias mais eficazes será conseguido a partir das capacidades nacionais, binacionais e multinacionais existentes, as quais serão reunidas com vista às operações de gestão de crises, lideradas pela UE com ou sem recurso aos meios e capacidades da OTAN.

Foram consideradas capacidades necessárias para um desempenho eficaz na gestão de crises: posicionabilidade(15), sustentabilidade(16), interoperabilidade(17), flexibilidade(18), mobilidade(19), capacidade de sobrevivência(20), comando e controlo(21), tendo em conta os resultados da auditoria da UEO sobre os meios e capacidades e as respectivas implicações para as operações lideradas pela UE.

Os Estados-Membros decidiram também desenvolver objectivos de capacidade colectivas nos domínios do comando e do controlo, das informações secretas e do transporte estratégico, os quais foram também identificados na auditoria da UEO. Neste sentido, foram tomadas as seguintes decisões por alguns Estados-Membros (Alemanha, França, Grã-Bretanha, Itália, Espanha, Holanda, Bélgica e Grécia):

- desenvolver e coordenar os meios militares de acompanhamento e alerta prévio;
- abrir os quartéis-generais nacionais a oficiais provenientes de outros Estados-Membros;
- reforçar as capacidades de reacção rápida das forças multinacionais europeias existentes;
- preparar o estabelecimento de um comando europeu do transporte aéreo;
- aumentar o número de efectivos prontamente posicionáveis;
- reforçar a capacidade de transporte estratégico por via marítima.

Os membros europeus da OTAN que não são membros da UE, bem como outros países, candidatos à adesão à União Europeia, serão convidados a contribuir para este melhoramento das capacidades militares europeias.



Caso viesse a ser tomada pelo Conselho Europeu uma decisão de lançar uma operação militar, os membros europeus da OTAN que não são membros da UE participarão, se o desejarem, na eventualidade de a operação exigir o recurso aos meios e capacidades da OTAN. Mediante uma decisão do Conselho Europeu, serão convidados a participar em operações em que a UE não recorra aos meios da OTAN.

Outros países, candidatos à adesão à UE, poderão igualmente ser convidados pelo Conselho a participar em operações lideradas pela UE, sempre que o Conselho tenha decidido lançar uma tal operação.

A Rússia, a Ucrânia e outros países europeus empenhados no diálogo político com a União, bem como com outros Estados interessados, poderão ser convidados a tomar parte em operações lideradas pela UE.

Sta Maria da Feira (22)

Durante a Presidência Portuguesa, foram realizados trabalhos sobre as modalidades de consulta e/ou participação relativa aos membros europeus da OTAN que não são membros da UE e a outros países candidatos à adesão à UE.

Neste contexto, o objectivo foi identificar, de acordo com as conclusões de Helsínquia, acordos para o diálogo, consulta e cooperação em questões relacionadas com a gestão de crises, assegurando a autonomia da UE em matéria de tomada de decisões.

Neste contexto a Rússia, a Ucrânia e outros Estados europeus empenhados no diálogo político com a União, bem como outros Estados interessados, poderão ser convidados a tomar parte em operações lideradas pela UE.

Foram identificados os princípios (transparência, dialogo, consulta e cooperação), com base nos quais deverá ser desenvolvida a consulta e cooperação com a OTAN. Quanto às modalidades, o Conselho recomendou que a UE proponha à OTAN a criação de quatro "grupos ad hoc" entre a UE e a OTAN sobre as questões que foram identificadas naquele contexto: questões de segurança, objectivos em matéria de capacidades, modalidades que permitam o acesso da UE a recursos e capacidades da OTAN e definição de acordos permanentes para a consulta UE-OTAN.

O Conselho decidiu instituir os seguintes órgãos:

- Comité Político e de Segurança Provisório a nível de altos funcionários/embaixadores, encarregado de dar seguimento às conclusões do Conselho Europeu de Helsínquia, preparando recomendações sobre o funcionamento futuro da PECSD e ocupando-se das



questões relacionadas com a PESC, em contacto directo com o Secretário Geral/Alto Representante;

- Órgão Militar Provisório constituído por representantes militares dos Estados-Membros, que tem como funções dar aconselhamento militar, conforme necessário, ao Comité Político e de Segurança Provisório;
- Secretariado do Conselho reforçado com peritos militares destacados pelos Estados-Membros, para prestarem assistência aos trabalhos relativos à PECSD e formar o núcleo do futuro Quadro de Pessoal Militar.

Ficou definido, que durante a Presidência Francesa (Julho a Dezembro de 2000), deveriam ser desenvolvidas acções no sentido de que, o relatório a apresentar ao Conselho Europeu de Nice, deve conter:

- a) a elaboração do Objectivo Prioritário e dos objectivos colectivos em matéria de capacidades acordados em Helsínquia, incluindo os resultados da Conferência sobre os contributos para a Capacidade colectivas nos domínios de comando e controlo, das informações e do transporte estratégico, os quais foram identificados na auditoria da UEO;
- b) o estabelecimento de estruturas políticas e militares permanentes a implementar o mais rapidamente possível a seguir ao Conselho Europeu de Nice;
- c) a inclusão na UE das responsabilidades da UEO no domínio das missões de Petersberg;

Ficou definido, que durante cada Presidência serão organizadas, no mínimo, duas reuniões com a formação UE+6 (23) e EU+15 (24). Estas reuniões incluirão igualmente a definição do objectivo prioritário e dos objectivos em matéria de capacidades, a fim de dar aos Estados que não são membros da UE todas as informações relativas aos trabalhos em curso no que respeita à lista dos meios necessários, para dar a esses países a possibilidade de contribuírem para o melhoramento das capacidades militares europeias.

Procurou-se reforçar a relação entre a UE e a OTAN, com o objectivo desenvolver ainda mais a sua cooperação em matéria de gestão militar de crises com base em valores comuns, na igualdade e num espírito de parceria. O objectivo a alcançar consiste numa consulta, numa cooperação e numa transparência plenas e efectivas, de modo a identificar e tomar decisões rápidas sobre a resposta militar mais apropriada a uma crise, bem como assegurar uma gestão de crises eficaz.

No desenvolvimento das relações UE/OTAN, há que ter em conta as seguintes situações:



1. **Segurança:** Nesta base, a União terá de estabelecer um diálogo com a OTAN para definir disposições em matéria de segurança entre as duas organizações. Estes debates devem conduzir a um acordo que irá reger, nomeadamente, o intercâmbio de informações e o acesso de funcionários designados pela UE e seus Estados-Membros às estruturas de planeamento da OTAN.
2. **Definição de objectivos em matéria de capacidades:** para assegurar que estes objectivos e os objectivos decorrentes, para os países envolvidos, da Iniciativa sobre as Capacidades de Defesa da OTAN (ICD) se reforcem mutuamente. Estas modalidades devem permitir à UE beneficiar, sempre que necessário, da eficiência da OTAN no domínio militar, na elaboração do seu objectivo prioritário com base nas contribuições dos Estados-Membros.
3. **Disposições que permitam o acesso da UE aos meios e capacidades da OTAN (acordos de Berlim e Washington):** Para que se possam utilizar os meios da OTAN é importante uma definição conjunta da forma como esta utilização se poderá concretizar na prática, tendo em vista a elaboração de um acordo. Esse acordo deverá estar concluído até 2003.

O Conselho Europeu em Santa Maria da Feira aprovou a elaboração de propostas à OTAN para a criação de "grupos *ad hoc*" entre a UE e a OTAN afim de tratar cada uma das questões atrás mencionadas.

Os "grupos *ad hoc*" serão encarregados das seguintes tarefas, no que respeita:

- a) às questões de segurança: preparação de um acordo UE-OTAN em matéria de segurança;
- b) aos objectivos de capacidades: implementação de um intercâmbio de informações e debate com a OTAN sobre a elaboração dos objectivos de capacidades. Fica assente que o Deputy SACEUR (2º Cmdt do SHAPE), poderá participar se for conveniente;
- c) às modalidades que permitam à UE aceder aos meios da OTAN (acordos de Berlim e Washington): preparação de um acordo sobre as modalidades de acesso da UE aos meios e capacidades da OTAN, tal como acordado em Washington (projecto de acordo-quadro sobre a implementação de Berlim Plus(25)). Fica assente que o Deputy SACEUR deverá participar, de modo a que nas operações de comando europeu possa assumir o comando estratégico-militar, quando forem utilizados meios e capacidades OTAN;



Para se atingir o objectivo de criar a Força de Reacção Rápida, foi definida, no documento “Food for Thought” a metodologia a adoptar, tendo sido definidos seis passos (STEPS), nomeadamente:

Step 1 – Definição do contexto estratégico.

Step 2 – Articulação dos pressupostos chave de planeamento.

Step 3 - Selecção dos cenários de planeamento, que ilustrem situações onde seja necessário recorrer ao emprego de forças.

Step 4 – Identificação das capacidades de forças requeridas para fazer face a esses cenários.

Step 5 - Desenvolvimento de pacotes de forças com as capacidades necessárias para fazer face aos cenários pré-definidos.

Step 6 – Análise da capacidade dos pacotes de forças definidos, em relação às possibilidades de cumprimento das missões definidas no HG.

Durante o período em que Portugal presidiu à UE, foram desenvolvidos os três primeiros passos. O Step 3, revelou-se de primordial importância, por nele terem sido definidos três cenários de missões Petersberg, nomeadamente, a separação de facções pela força, a prevenção de conflitos e a assistência a civis incluindo as operações de ajuda humanitária e as operações de evacuação.

Ecouen (26)

Na reunião informal dos Ministros da Defesa dos quinze Estados-Membros, foi reconhecido que para fazer face aos três cenários de actuação, que foram definidos no Step 3, seriam necessários cerca de 80.000 homens, entre 300 e 350 aviões de combate e 80 navios de guerra. Sendo esta a base de trabalho, para definir a participação de cada Estado-Membro, em termos de contribuição de forças e do compromisso de dotar-se das capacidades necessárias. Para isso, cada país, deverá precisar o tipo de unidades com que pretende contribuir, o ano a partir do qual poderá assumir o compromisso e porque prazo põe essa força à disposição.

A presidência francesa da UE, criou um grupo que designou por Headline Task Force (HTF), grupo onde estão presentes Oficiais de todos os países da UE, com excepção de Portugal, que para o efeito não nomeou ninguém, para desenvolver os passos subsequentes ao desenvolvimento do HG.



3.3 Organizações com Responsabilidade na Segurança da Europa

Neste momento são quatro as principais organizações vocacionadas para responder às questões de segurança na Europa: a OSCE, a OTAN, a EU e a UEO, (ver **ANEXO – D**) todas elas à procura de um papel objectivo a desempenhar, onde cada vez mais se comecem a desenhar os contornos das responsabilidades que a cada uma caberá. Apesar de tudo, a arquitectura que se desenhou, não foi capaz de responder eficazmente aos conflitos surgidos nos Balcãs, deixando que este atingisse proporções consideráveis.

Longe também parece estar a definição clara do papel de cada uma delas, evidenciando-se mais uma sobreposição e redundância de funções do que um quadro de funções complementares. Requerer-se-ão âmbitos diferentes numa perspectiva comum de resposta plena e eficaz às ameaças que se colocam. Apesar do esforço empreendido neste sentido, não se consegue visualizar ainda uma capacidade comum para satisfazer com prontidão as necessidades emergentes em termos de prevenção e resolução de conflitos na Europa. Começa no entanto a esboçar-se um modelo que em nossa opinião poderá caracterizar-se da seguinte forma:

- À OSCE caberá desempenhar um importante papel no âmbito da diplomacia preventiva, promovendo o diálogo entre todos os países, nomeadamente entre os do Ocidente com os do Leste europeu e do Norte de África, continuando a desenvolver a sua actividade no campo do controlo de armamentos e desarmamento. Deverá por outro lado, em caso de conflito aberto, envidar todos os esforços no sentido da sua resolução por via da negociação.

- À União Europeia caberá aprofundar o diálogo com os restantes países europeus e continuar a sua política de alargamento. De fundamental importância é o desenvolvimento da cooperação económica e financeira com os países do Leste, Balcãs e Norte de África. Considera-se que a integração da UEO no seu seio lhe trará um importante instrumento para a adopção de uma política de defesa comum.

- À UEO, enquanto não se verificar a sua integração na UE e a atribuição de meios e capacidades próprios, caber-lhe-á recorrendo a meios postos à sua disposição pela OTAN, desempenhar entre as missões de Petersberg, aquelas que se inserem no âmbito dos interesses específicos dos países europeus.

- Finalmente à OTAN, para além do diálogo e da cooperação no domínio militar, salienta-se neste domínio a sua intervenção nas missões humanitárias, de gestão de crises e operações de apoio à paz, cuja decisão de intervenção não se enquadre no referido para a UEO. Além destas missões caberão à OTAN as de defesa colectiva.



3.4. A União Europeia

3.4.1 Objectivos da EU no Âmbito da PESC

A PESC, foi estabelecida pelo Tratado de Maastricht (2º pilar) (27), que entrou em vigor em 1 de Novembro de 1993. As disposições da PESC foram revistas pelo Tratado de Amsterdão (ver **ANEXO – F**), que foi assinado a 2 de Outubro de 1997 e entrou em vigor a 1 de Maio de 1999.

A instauração da PESC veio responder ao desejo de dotar a União de instrumentos mais eficazes para enfrentar os múltiplos desafios com que se depara a nível internacional, conferindo-lhe uma nova gama de meios de acção para além das actividades tradicionais da Comunidade no domínio das relações externas.

A UE, tomada como actor na cena política internacional, é cada vez mais solicitada a actuar como protagonista. Atendendo ao actual quadro global envolvente do sistema internacional, surgiu a necessidade sentida por parte dos quinze Estados - Membros de actuarem de uma forma conjunta e concertada tanto ao nível da política comercial como da política externa, sendo reconhecida a necessidade do desenvolvimento de uma identidade própria em matéria de segurança e defesa, sem a qual não haverá capacidade nem possibilidade de falar a uma só voz e com o peso correspondente ao de uma primeira potência comercial.

Assim o Tratado da União Europeia prevê uma Política Externa e de Segurança Comum, que comportando um leque alargado de possibilidades de acção, possibilitará à União enfrentar os novos e multifacetados desafios que se lhe colocam, e, desta forma assegurar o progresso, bem estar e segurança dos seus povos, visando, a afirmação da identidade da UE, conduzindo a prazo, à definição de uma política de defesa comum. No entanto, tal processo tem sido moroso e esbarra com inúmeros obstáculos e interesses por vezes antagónicos. Podemos mesmo dizer que os Estados-Membros adoptaram objectivos comuns, mas segundo instrumentos diferenciados e nem sempre conciliáveis.

Os objectivos que visa a União no âmbito da PESC e que são expressos no seu Artigo J.1 do Tratado de Amsterdão, preferentemente orientados para promoção e preservação de um conjunto de valores morais de carácter universal, considerados essenciais na existência, dinâmica e desenvolvimento da União e imprescindíveis para garantir uma coexistência pacífica com outros Estados, são os seguintes:

- A salvaguarda dos valores comuns, dos interesses fundamentais, da independência e integridade da União, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas.
- O reforço da segurança da União sob todas as formas.



- A manutenção da paz e o reforço da segurança internacional, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas, com os princípios da Acta Final de Helsínquia e com objectivos da Carta de Paris, incluindo os respeitantes às fronteiras externas.
- O fomento da cooperação internacional.
- O desenvolvimento e o reforço da democracia e do Estado de direito, bem como o respeito dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

Verificamos assim que os objectivos e o alcance da PESC são perfeitamente abrangentes de forma a permitirem qualquer intervenção da UE. Mas o principal problema prende-se com os instrumentos que tem ao seu dispor para levar ao cumprimento desses mesmos objectivos. Esses instrumentos têm diferentes graus de condicionamentos relativamente às políticas dos Estados-Membros.

3.4.2. A Identidade Europeia de Segurança e Defesa (IESD) e a relação UE/OTAN

Em Maastricht foram lançadas as bases de uma união política europeia, sustentada por uma PESC. Mas a sangrenta implosão jugoslava pôs a nu a impotência, as divisões e a fragilidade dos propósitos da União. Em contrapartida, graças ao papel desempenhado na aplicação dos acordos de Dayton, os EUA regressam ao cerne das crises europeias e a OTAN vê consolidado o consenso sobre as suas capacidades no pós-guerra fria.

Para Javier Solana, “a segurança europeia continuará a ser um objectivo da OTAN. Esse é o desejo de todos os países”(28), mas isso não é incompatível com que a Europa tenha uma personalidade maior no âmbito da política externa e de segurança. Já em 1996, a OTAN tomou na Cimeira de Berlim (Jun96), “a decisão de criar a Identidade Europeia de Segurança e Defesa, de conferir um maior peso e uma personalidade mais forte aos europeus”(29).

Há um caminho convergente entre a evolução da OTAN e da UE. O objectivo é que as relações entre os EUA e a Europa sejam mais equilibradas, com um interlocutor da parte europeia, mais equacionado e com uma voz mais presente.

A última cimeira da OTAN, em Washington, deu um importante e decisivo contributo para a IESD. Este passo foi, aliás o corolário lógico do que se tem passado nos últimos dez anos na Europa, em que a própria Aliança teve que se adaptar às rápidas mudanças que, entretanto, ocorreram. Na verdade, num mundo tão interactivo como actualmente é o nosso, o estabelecimento de propostas relacionadas com a segurança e a defesa do continente europeu não é tomado de uma forma autónoma. É o caso da IESD, onde as propostas apresentadas no âmbito



da Aliança Atlântica têm que ser confluídas com as da responsabilidade da UE, nomeadamente as que viram a luz do dia em Berlim, Colónia, Helsínquia e Sta Maria da Feira.

A UE decidiu institucionalizar a PECSD, mas para evitar que esta medida seja um factor de divisão entre os países dos dois lados do Atlântico, o desenvolvimento desta iniciativa terá que ser feito em conjunto com a OTAN. Esta própria organização estabeleceu internamente, medidas que promoveram não só o ajustamento da estrutura de comando para futuras operações de países europeus, (mas que não sejam responsabilidade da OTAN), mas também a implementação das “Combined Joint Task Forces”/CJTF (30), as quais lhe permitirão a utilização de forças da OTAN sem envolver directamente os seus aliados norte-americanos.

Havendo 3 possibilidades de empregar as CJTF, uma das possibilidades é uma CJTF liderada pela UEO. Neste caso, os membros efectivos da UEO e os associados utilizarão meios da OTAN, em circunstâncias em que a OTAN decida não actuar.

Assim, as CJTF permitem a ponte entre a OTAN e a IESD, viabilizando a possibilidade da UEO dirigir estrategicamente uma operação utilizando meios da NATO, confirmando a ambição da OTAN para actuar em operações da manutenção da paz , que em passado recente, alguns parceiros europeus visualizaram uma exclusividade da UEO (Organização que se prevê venha a ser integrada na UE, a proposta de uma data para a integração vai ser apresentada no Conselho Europeu de Nice por Javier Solana) no caso de ocorrerem na Europa.

A OTAN e a UE deverão manter um sistema de consultas mútuas, cooperação e transparência. Estes laços entre as duas Organizações já incluem planeamento de forças e organização de exercícios, prevendo-se ainda que, tal como está previsto no artº 10 do comunicado da Cimeira de Whashington, as seguintes medidas:

- Que a UE venha a ter acesso às capacidades de planeamento da OTAN, capazes de contribuir para o planeamento de operações da UE;
- A disponibilização de meios e capacidades da OTAN pré-identificados para utilização em operações da UE;
- Que sejam identificados um conjunto de operações de comando europeu para operações da UE, desenvolvendo-se o papel do DeputySACEUR de modo a que possa assumir as suas responsabilidades no âmbito europeu;
- Que se processe à adaptação do planeamento de defesa da OTAN de modo a incluir mais detalhadamente, a disponibilidade de forças para operações europeias.

Existindo já um acordo geral sobre intenções, devem ser postas em prática medidas que aproximem a OTAN da UE.



Teoricamente os dois sistemas terão uma relação de complementaridade:

- Há uma vontade expressa de ambas as partes, num compromisso de definir e materializar uma IESD dentro da OTAN.
- Existe um conjunto de mecanismos já implementados que permite à OTAN apoiar as missões da UE, enquanto não dispor da totalidade dos meios para o fazer.
- Existe um quadro de entendimento em que, consoante os interesses e a própria natureza do conflito, as operações poderão ser conduzidas pela OTAN ou pela UE.
- Há uma definição clara por parte da UE em relações às questões de defesa colectiva, que as remete para a OTAN.

Existe um crescente diferencial de tecnologia e capacidades entre os aliados americanos e europeus, que num futuro breve poderá conduzir a uma incapacidade de conduzirem operações em conjunto por incompatibilidade tecnológica a vários níveis, como o demonstrou a crise do Kosovo. “As capacidades enunciadas como necessárias para as forças militares só serão possíveis de alcançar se houver um maior empenhamento dos aliados europeus na assumpção das responsabilidades que lhes competem e apenas com o desenvolvimento de capacidades de destacamento, subsistência, empenhamento eficaz, sobrevivência e sistemas de comando, controlo e informação eficazes”(31).

Assim em breve será vazio de sentido falar de interoperabilidade e operações conjuntas e combinadas com os americanos, “A IESD é um conceito vazio se não estiver associado a um aumento das capacidades das forças”(32). É aqui que a Iniciativa das Capacidades de Defesa (ICD), definidas na Cimeira de Whashington da OTAN de Abril de 1999, tem um papel a desempenhar. A ICD destina-se a desenvolver as capacidades militares que a OTAN precisa para poder responder com eficácia aos tipos de desafios que provavelmente terá que enfrentar nos próximos anos e décadas. A iniciativa centra-se na melhoria da interoperabilidade entre forças dos estados-membros e procura aumentar as capacidades militares da OTAN.

Para além da manutenção do elo transatlântico, o desenvolvimento da IESD na OTAN deve ter em atenção os países que sendo membros da segunda não fazem parte da UE(33), e que não podem ser marginalizados.

O desenvolvimento da IESD no seio da OTAN realiza-se por motivos políticos e económicos; por motivos políticos porque pretende reforçar e equilibrar os laços estratégicos entre a Europa e a América do Norte e económicos porque limita a dispendiosa duplicação de estruturas, em particular as militares. Por outro lado, não estão ainda claramente definidas as



condições em que Aliança porá os seus recursos à disposição da UE, que serão tomadas a nível político de acordo com as circunstâncias de momento.

A institucionalização da IESD será uma das grandes prioridades na agenda dos países europeus membros da OTAN para os próximos anos. Isso mesmo foi sublinhado no comunicado final da última Cimeira de Whashington da OTAN (artº 9), quando se expressa que o aumento do papel dos europeus na segurança do seu Continente “contribuirá para a vitalidade da própria Aliança para o século XXI”.

De momento, uma das maiores dificuldades é a existência de apenas um reduzido núcleo instalador da estrutura político-militar no seio da UE, que assumiu posse em 1 de Março de 2000, para estabelecer o necessário relacionamento com a OTAN, embora a nomeação de um Alto Representante (Javier Solana), para supervisionar a institucionalização da PESC, seja um factor de grande importância para um diálogo com aquela Organização.

3.4.3 A Estrutura Política-Militar da UE

Serão instituídos, no âmbito do Conselho Europeu, os seguintes novos órgãos políticos e militares permanentes:

- Comité Político e de Segurança Permanente (CPS), sediado em Bruxelas, será constituído por representantes nacionais ao nível de Altos Funcionários/Embaixadores. O CPS ocupar-se-á de todos os aspectos da PESC, incluindo a PECSO. No caso de uma operação militar de gestão de crises, o CPS exercerá, sob a autoridade de Conselho, o controlo político e a orientação estratégica da operação, fornecendo igualmente orientações ao Comité Militar.
- Comité Militar (CM) será constituído pelos Chefes de Estado Maior na pessoa dos seus representantes militares. Este comité prestará aconselhamento militar e fará recomendações ao CPS, fornecendo ainda orientação militar ao Quadro de Pessoal Militar.
- Quadro de Pessoal Militar (QPM) (34) fornecerá peritagem e apoio no domínio militar à PESO, incluindo a condução de operações militares de gestão de crises lideradas pela EU. Desempenhará funções de alerta precoce, avaliação da situação e planeamento estratégico para missões de Petersberg, incluindo a identificação das forças europeias nacionais e multinacionais (ver **ANEXO – G**).

Por decisão do Conselho da EU de 14 de Fevereiro de 2000, é instituído a partir de 1 de Março de 2000, um Órgão Militar Provisório, composto por representantes dos chefes dos



estados maior dos Estados-Membros, com o fim de prestar aconselhamento militar, quando apropriado, ao Comité Político e ao Secretário geral/Alto Representante. Esse órgão é assistido pelos peritos militares destacados pelos Estados-Membros no Secretariado-Geral do Conselho, que aconselham no domínio militar o Órgão Militar Provisório e o Secretário-Geral/Alto representante.

3.5. Que futuro? Cenários de Evolução

Os objectivos genéricos fixados no Conselho Europeu de Helsínquia (Headline Goal), têm que assentar no reconhecimento que é indispensável e urgente reduzir as graves limitações europeias, em áreas como o C4I(35), a informação estratégica e o transporte estratégico. Não o fazer equivalerá a comprometer a desejada autonomia europeia.

Para esse esforço será indispensável encontrar melhores caminhos na cooperação em matéria de armamentos. Nesta área a Europa não pode dispensar uma tecnologia e indústria própria, dando a todos os países a possibilidade de nela participarem. Mas é também fundamental, atribuir maior prioridade à Investigação e Desenvolvimento na área da defesa, área em que a Europa gasta apenas 10% do que gastam os EUA, conforme referido pelo Maj Gen Valença Pinto, na palestra realizada no IAEM durante o Seminário sobre a IESD (A Segurança e a Defesa da Europa – OTAN e EU, pág. 9).

A Defesa Comum Europeia terá que passar por vários requisitos, nomeadamente por uma cultura de segurança e defesa, por uma participação activa dos governos dos países membros, pela disponibilidade para a participação no esforço de segurança e defesa como factor de credibilidade de um Estado e ainda pela vontade.

Todos estes requisitos são condições prévias e obrigatórias, mas só terão sentido se visarem o desenvolvimento de forças, de organizações e de capacidades tecnológicas. Para isso, é necessário a efectiva congregação de esforços e meios europeus.

Será a dependência europeia em relação a algumas capacidades existentes na OTAN, razão suficientemente forte para, sobretudo no médio e longo prazos, inviabilizar a capacidade de decisão autónoma dos europeus? Ou será mais construtivo que em relação ao seu espaço a Europa decida autonomamente as suas intervenções, a elas associando norte-americanos e os demais aliados não-membros da UE, sempre que esses países assim o queiram?

Antes da UE dispor de capacidade operacional, poderá surgir uma crise que exija intervenção europeia, com ou sem uso de meios e capacidades OTAN.



Nesse caso, de duas uma: ou a União se serve da UEO de acordo com o artº 17 do Tratado de Amsterdão, ou se forma, fora do quadro institucional, uma coligação de boa vontade. A segunda hipótese desferiria um duro golpe na política europeia de segurança e de defesa. A opção coerente é o recurso à UEO, desde que, evidentemente, a UEO esteja nessa altura ainda em funcionamento.

Por parte da UE, tem vindo a verificar-se nas áreas da segurança e defesa, que não existe confiança política entre os seus membros, principalmente entre aqueles que têm mais peso político, resultando em medos e tentativas de protagonismo uma vez que este processo tem que passar por uma partilha de soberania o que se tem mostrado difícil em virtude dos Estados continuarem relutantes em cedê-la. O desinvestimento na defesa não se mostra pacífico na Europa e os governos continuam a não conseguir justificar o aumento dos orçamentos da defesa, e pela perda de competitividade das indústrias de defesa europeias por não acompanharem a remodelação pela concentração, atrasando assim o processo tecnológico e a sua recuperação. Verificamos ainda que dentro da UE, em questões de segurança e defesa, existem países neutrais, outros que não pertencem à OTAN e outros que entendem que estes assuntos não são da competência da UE. Estas razões serão suficientes para que, a curto/médio prazo a UE, não disponha de autonomia em meios de defesa que lhe confira um estatuto de igualdade em relação à OTAN?

“Há duas culturas sobre como entender a Segurança e a Defesa colectivas. Temos países que entendem que essa defesa colectiva se pode fazer melhor no quadro da OTAN e outros que acham que não. Mas a grande maioria entende que a segurança colectiva europeia deve continuar a ser uma prioridade exclusiva da OTAN”(36). Aliás, até os países neutrais se incorporaram na Parceria para a Paz. O que a Europa quer é um conceito de gestão de crises, a UE não está a tratar de criar um exército, mas sim a tentar constituir forças que possam, reunir-se sob comando europeu para gerir uma crise, não para defender a segurança territorial dos países da UE.

Javier Solana propôs já que se estabeleçam “critérios de convergência” e “mecanismos de controlo” (copiando o método seguido na união monetária) para dar coerência e eficácia ao esforço que vai ter de ser despendido. Será este o verdadeiro teste às decisões de Helsínquia, sob pena de a defesa europeia nunca deixar de ser, como disse recentemente o Secretário-Geral da OTAN, “um tigre de papel”.



4. DEFESA NACIONAL

4.1. Generalidades

A Defesa Nacional é uma actividade desenvolvida pelo Estado e por todos os cidadãos visando salvaguardar a integridade do Território Nacional e dos valores culturais nele inscritos, a liberdade e a segurança das populações (37). Não se trata de uma actividade que assenta exclusivamente nas Forças Armadas. Pelo contrário, trata-se de uma actividade que exige a participação cívica de todos os portugueses, e como tal é indissociável do conceito de cidadania.

A Defesa Nacional implica a definição de uma política que seja susceptível de funcionar como elemento que estruture a identidade nacional e, simultaneamente, capaz de colaborar na afirmação de Portugal no mundo e que permita:

- criar as condições necessárias para dar resposta aos novos riscos e ameaças, através das várias componentes da defesa nacional;
- adequar a estrutura da componente militar às missões que lhe vier a destinar;
- fomentar uma base de sustentação por parte do conjunto das instâncias do Estado e da própria população, das medidas e acções inerentes à Defesa Nacional.

Trata-se, enfim de criar:

- a aceitabilidade da Defesa;
- garantir a exequibilidade das estratégias concebidas
- impor a adequabilidade do seu exercício.

Para um Estado-Nação como Portugal, em que os recursos são limitados, é necessária uma análise prospectiva, que avalie a tendência de mudança da conjuntura internacional e permita otimizar a eficácia da actuação estratégica dos vários instrumentos do Estado, nos espaços em que temos interesses nacionais quer a prosseguir quer a defender.

Se o espaço europeu e a relação transatlântica constituem referências da nossa inserção nos espaços de construção política, económica e também de segurança colectiva no seio da Aliança Atlântica, o espaço da lusofonia, cuja matriz de organização se baseia na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e na diáspora lusíada, pode constituir um factor de diferenciação e de mais valia.

A Defesa Nacional, na sua essência, constitui uma estratégia integrada que o Estado português põe em prática para garantir:

- a unidade, a soberania e a independência nacional;
- o bem-estar e prosperidade da Nação;
- a unidade do Estado e o normal desenvolvimento das suas tarefas;



- a liberdade de acção política dos órgãos de soberania e o regular funcionamento das instituições democráticas, no quadro constitucional.

A Defesa Nacional constitui um conceito amplo e consensual, que requer o empenhamento dos cidadãos, da sociedade e dos poderes públicos, por forma a manter e reforçar a segurança e a criar condições para prevenção e combate a quaisquer ameaças externas que, directa ou indirectamente, se oponham à consecução dos objectivos nacionais. Tem, por isso, um âmbito global, integrando componentes militares e não militares.

Para além da tradicional salvaguarda da integridade territorial e de independência nacional, os interesses nacionais têm também que ser prosseguidos nos grandes espaços onde estamos inseridos.

É conhecido que a dimensão externa da defesa é cada vez mais solicitada, quer no envolvimento da OTAN, nas questões da estabilidade internacional, quer ao nível do desenvolvimento de novos relacionamentos nos quadros de parceria para a paz, no Leste da Europa e no Mediterrâneo, quer ainda na UE.

O papel que hoje é conferido às Forças Armadas (FA), é essencial para a manutenção da estabilidade internacional, nas áreas onde se jogam os interesses nacionais e dos cidadãos, através de uma intervenção diversificada, de difícil planeamento e organização muito variável e quase sempre ao nível do multinacional.

4.2. Evolução do Conceito Estratégico de Defesa Nacional

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional, concretiza a Política de Defesa Nacional, define as linhas de acção para a Estratégia Global do Estado em termos de Defesa Nacional.

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional data de 1994, e é objectivo do Governo durante o período 2000-2004 proceder à sua revisão, projecto aliás que se encontra em curso, no sentido de o adaptar aos desenvolvimentos que desde essa data enformam a realidade nacional e internacional e na actualidade das relações político-militares.

No entanto, será importante relembrar a evolução que sofreu ao longo dos séculos até à actualidade (ver **Anexo - H**).

4.3. Relações de Portugal com a OTAN/UEO/OSCE/UE

Portugal adquiriu, nos últimos tempos, uma elevada visibilidade no contexto da sua participação internacional em organizações que visam objectivos de segurança, na qualidade de membro de diversas organizações internacionais, e tem prestado o seu contributo ao esforço



colectivo de promoção da paz e segurança através da participação das suas FA em operações de carácter humanitário e de apoio à paz.

A relação de Portugal com a Aliança, foi durante décadas um relação de “fidelidade”, sem levantar problemas, nem se fazer notado, numa política quase de “seguidismo” pois era “o preço que tínhamos de pagar para equilibrar as reservas que levantavam junto de muitos aliados, tanto o nosso regime político (...) como a nossa política africana”(38).

No entanto, a participação de Portugal no processo político e de decisão da OTAN tem-se vindo a alterar, procurando Portugal, nos últimos anos, ter uma postura mais interventora e visível ao lado dos aliados europeus, contribuindo activamente para a discussão do processo de alargamento e nas decisões que levaram à definição do Conceito Estratégico de 1999.

Quanto às vantagens que Portugal retira de pertencer à OTAN, para além da Aliança assegurar a sua defesa, o que não pode fazer isolado, elas podem considerar-se de outros dois tipos: político e militar.

Quanto às primeiras poderá considerar-se vantagem o facto de Portugal pertencer a um pequeno grupo, com tendência para aumentar, constituído pelos países mais poderosos e evoluídos do mundo. Para além disso, Portugal participa na consulta, cooperação e parceria política com os países da OTAN e com os seus parceiros, o que lhe permite ter uma visão e compreensão alargada dos grandes temas políticos, económicos e sociais de um espaço euro-atlântico alargado e que poderá potenciar noutros *fora* internacionais e adequar às suas políticas próprias nacionais. Outra vantagem de Portugal pertencer à OTAN é a grande quantidade de informação sobre os mais diversos assuntos, não só de natureza militar, que lhe é facultado e que jamais estaria ao seu alcance obter através de meios próprios.

Quanto aos aspectos mais puramente militares, a Aliança possibilita às nossas Forças Armadas o contacto e a participação com outras forças mais evoluídas, tirando daí benefícios em termos de organização, doutrina, formação militar, conhecimentos de equipamentos e materiais, sendo sem dúvida esta participação, um dos pontos de partida para a reorganização, modernização e reequipamento das FA Portuguesas. Até algum tempo atrás, essa vantagem traduzia-se também em ajudas em material militar e financiamento, não directamente através da Aliança, mas de determinados aliados. A participação de Portugal na OTAN tem sido determinante para todos os processo de reestruturação e modernização das suas Forças Armadas e particularmente do Exército

A maior contribuição de Portugal para a OTAN tem sido, e continuará a ser, a sua posição geoestratégica, por controlar uma área do Atlântico por onde passa a grande parte das rotas



marítimas e aéreas de África, do Mediterrâneo e das Américas, para a Europa Ocidental. Em período de crise ou de conflito, nesta posição encontram-se as bases e plataformas para o reforço do Sul da Europa e do Médio Oriente e para protecção e garantia desse reforço.

As operações de apoio à paz conduzidas pela OTAN nos Balcãs, marcam de forma categórica uma alteração da posição de Portugal perante a mesma. De uma contribuição que “quase só” assumia a liberdade de utilização de um espaço geográfico, com a enorme fraqueza de não poder garantir por si só a defesa completa desse espaço, Portugal passou a empenhar no “coração” da Europa, forças militares em missões OTAN. Este facto contribuiu para despertar a “consciência nacional” para a nossa presença e pertença à Aliança e para as responsabilidades que daí decorrem.

No ambiente de grandes mudanças na Europa e da renovação da OTAN, Portugal, membro da UE, procura conciliar o seu tradicional atlantismo, com uma viragem para a Europa. A viragem à Europa deriva da opção de um renovado e conseguido protagonismo na construção europeia, para dar uma dimensão política à UE, com a PESC e a UEO, com vistas à competitividade, ao reforço da coesão social, da democracia e da paz.

Neste quadro, Portugal:

- Apoia a IESD e a organização em curso para dotar a UE de meios operacionais e de comando, podendo ser comuns à OTAN;
- Apoio à abertura da OTAN a novos membros;
- Dinamiza o “Diálogo com o Mediterrâneo” e contribui para a criação do Grupo de Cooperação do Mediterrâneo.

Portugal mantém uma postura claramente favorável ao reforço do potencial de defesa europeia, no quadro de uma cada vez mais abrangente solidariedade atlântica. Dentro deste quadro o empenhamento da UEO no diálogo euro-mediterrânico e nas tentativas de pacificação em África, adquire grande importância para o governo português e tem exigido um significativo esforço por parte da diplomacia portuguesa.

No que toca à OSCE a perspectiva portuguesa tem vindo a ser a de apoiar a sua completa institucionalização de molde a garantir-lhe os mecanismos políticos-diplomáticos que a habilitem a actuar no domínio da prevenção dos conflitos. Intenção expressa no apoio à constituição da sua Sede, que, em Viena tem prosseguido esta finalidade. A actuação nacional tem vindo a ser dirigida no sentido da demonstração de uma efectiva capacidade político-diplomática, e de organização, como foi o caso da Cimeira de Lisboa, em 1996, e de se posicionar também na actualidade, com vista à presidência, que se avizinha.



No quadro da OSCE, Portugal tem participado activamente na prevenção de conflitos, entre as quais se salienta o conflito na ex-Jugoslávia, onde em 1996, enviamos observadores para as eleições aí realizadas e inspectores para verificar o cumprimento dos acordos de Dayton. Portugal constituiu um corpo de inspectores militares que integram a Unidade de Verificação Nacional (UNAVE).

Hoje também não pode deixar de ter relevo para um Portugal comunitário, a relevância internacional do conjunto dos países lusófonos, já que o nosso país disfruta de uma posição central em tudo o que se refere à cooperação, desenvolvimento e relacionamento dos outros países de língua oficial portuguesa com a Europa, e por isso possibilitar-nos-á uma afirmação e uma visibilidade crescente nos órgãos de decisão europeus, e uma maior influência e liberdade de acção nos âmbitos da OTAN e da UE.

Aduzidos no Conceito Estratégico de Defesa Nacional, e onde se definem os aspectos fundamentais da estratégia global do Estado, podem exprimir-se os seguintes objectivos actuais de defesa nacional (39):

- Participação no novo quadro da OTAN, estabelecendo como meta o apoiar a reformulação doutrinal e estrutural, assim como a consolidação da Parceria para a Paz.
- Aprofundamento da integração europeia e acompanhamento dos desenvolvimentos relativos às componentes de segurança e defesa europeia. Em conjugação com os membros das principais organizações a que pertence - OTAN, UE, OSCE e ONU - participar na construção das políticas externas de segurança e defesa da Europa, com vista ao estabelecimento de um sistema internacional capaz de promover a solução negociada de conflitos e garantir a paz.

“Portugal deverá prosseguir o objectivo do reforço do relacionamento da União Europeia Ocidental com a União, dando corpo à dimensão da União da Europa Ocidental como componente de defesa da União e providenciando-lhe as capacidades e os meios operacionais que lhe garantam uma efectiva dimensão não só de segurança, mas, também militar. E, por outro lado, ao mesmo tempo harmonizar as duas instituições, por forma a dar continuidade de acção às decisões tomadas na União que tenham implicações no domínio da defesa”(40).



4.4. Portugal e a IESD

A posição portuguesa é claramente favorável à IESD, propugnando o emprego pela UEO dos meios da OTAN e apoiando o objectivo de progressiva integração da UEO na EU.

“Portugal entende que os novos mecanismos da Política Externa e de Segurança Comum, se solidifiquem e se tornem operacionais, desenvolvendo um modelo de IESD, numa articulação completa com a OTAN”(41).

Propugna-se, contudo, uma UE articulada com a NATO, o que significaria que as missões defesa e também as missões não artº 5 mais delicadas, seriam sempre confiadas à Aliança.

Durante a guerra fria, com o Reino Unido e os Países Baixos, Portugal fazia parte do núcleo duro atlantista da OTAN. A seguir à queda do muro de Berlim, essa posição manteve-se por alguns anos. Depois, em 1995, Portugal integrou a EUROFOR e a EUROMARFOR(42).

Destra forma, a posição portuguesa dá um sinal claro no que se refere ao próprio processo de “identificação” europeia. Mas, tem vindo a fazê-lo num registo relativamente “moderado”, isto é, tomando as devidas precauções face às reservas britânicas e aos neutros, e salientando sempre a necessidade de manter e reforçar o bom entendimento com os norte-americanos.

A nova filosofia que marca a Aliança Atlântica, e o papel que a UE pode desempenhar no futuro, revela que um país como o nosso se encontra hoje no centro de um processo de decisão e intervenção com crescentes responsabilidades num cenário internacional marcado por focos potenciais ou efectivos de alguma gravidade e risco.

Essa é a razão pela qual Portugal tem demonstrado o seu interesse em contribuir de forma efectiva para a criação de uma IESD, que possa afirmar-se como o complemento efectivo que a PESC da UE crescentemente gera.

O Programa do Governo refere: “o governo português continuará na linha da frente dos que entendem que a criação da IESD é o corolário lógico da evolução da PESC e um caminho essencial para o reforço político do papel da Europa”(43).

Assim, Portugal apoia inequivocamente a construção de uma IESD, compatível com os nossos compromissos transatlânticos, mas simultaneamente conferindo acrescidas responsabilidades e novos meios de intervenção aos países europeus, designadamente a progressiva integração da UEO na UE e a afirmação do seu segundo pilar (PESC).

Portugal, que é simultaneamente membro da UE, da NATO e da UEO, começa finalmente a libertar-se do velho rótulo “atlantista” que durante muitos anos marcou a sua imagem europeia, integrando-se hoje no conjunto de países da UE que defendem posições mais claras e mais avançadas sobre o que deve ser uma defesa europeia. O facto de Portugal participar nas



operações de paz na Bósnia (IFor e SFor) e no Kosovo (KFor) foi também decisivo para reforçar a sua credibilidade junto dos parceiros europeus. Correndo no entanto o risco desta credibilidade ficar afectada com a retirada das Forças Nacionais Destacadas no Kosovo(44).

5. FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

5.1. Actualidade

O papel hoje desempenhado pelas FA, no âmbito da segurança e defesa, para além de assegurar a defesa do TN e contribuir para a satisfação dos compromissos no âmbito das Organizações Internacionais de que faz parte, ainda, assegurar apoio à política externa, realizar missões de protecção/evacuação de cidadãos nacionais em território estrangeiro, levar a efeito missões de interesse público e executar tarefas no âmbito dos acordos de Cooperação Técnica Militar.

Com vista a assegurar o cumprimento das missões das FA, foi definido o Sistema de Forças adequado, que é constituído pela componente operacional e pela componente fixa ou territorial, basicamente de natureza administrativa e técnica, para apoio geral das FA. Para assegurar o comando e o controlo das forças, unidades e meios existem os meios de Comando e Controlo seguintes:

- Da responsabilidade do EMGFA – O Quartel General Conjunto, Comando Operacional dos Açores e Comando Operacional da Madeira;
- Da responsabilidade da Marinha – O Comando Naval, Comando da Zona Marítima dos Açores, Comando da Zona Marítima da Madeira, Comando da Zona Marítima do Norte, Comando da Zona Marítima do Centro e o Comando da Zona Marítima do Sul;
- Da responsabilidade do Exército – O Comando Operacional das Forças Terrestres, Comando Administrativo-logístico, Comando do 1º Corpo de Exército, Comando das Regiões militares e das Zonas Militares;
- Da responsabilidade da Força Aérea – O Comando Operacional da Força Aérea, Comando da Zona Aérea dos Açores, Unidades de Vigilância e Detecção e os Órgãos de Comando e Controlo.

Fala-se hoje, com frequência na reestruturação e na redução das FA, esta, não estará correcta se o objectivo e os princípios a que obedecem forem exclusivamente económicos, e se forem ditados por razões de política imediata. A mudança estará correcta se o objectivo for o acompanhamento da alteração dos comportamentos das sociedades, a consciência de que é



preciso enfrentar os desafios do futuro e a constatação que as novas tecnologias disponíveis conferem novo poder aos meios, permitindo conceber diferentes comportamentos operacionais.

Por isso, três qualidades devem possuir as FA de hoje: modernidade, mobilidade e flexibilidade baseada na complementaridade.

Modernidade, para serem dissuasoras e eficientes, no caso da dissuasão falhar; mobilidade, para poderem ocorrer a qualquer ponto onde o conflito imprevisto ocorra; flexibilidade baseada na complementaridade, para poderem intervir em conflitos de natureza variada, em ambientes culturais e geográficos diversos. A satisfação destes objectivos não será compatível com uma redução de despesas, uma vez que exige tecnologia avançada para poder responder eficazmente a um conjunto diversificado de cenários de actuação.

No actual contexto internacional de ameaças e riscos mal definidos no espaço e no tempo, é recomendável dispôr de significativa capacidade de projecção de forças, exigindo assim que estas sejam flexíveis, com elevada mobilidade estratégica e capacidade de emprego modular, para além de se assegurar a sua interoperabilidade com forças e meios das alianças e organizações internacionais.

No entanto as dificuldades e insuficiências existentes no completo levantamento das unidades operacionais do SFN, pode comprometer o nível de emprego de unidades terrestres, nomeadamente em acções de apoio à paz e humanitárias, condicionando a satisfação das missões no âmbito dos compromissos internacionais.

Para fazer face aos vários objectivos, organizou-se a Componente Terrestre do SFN em três níveis (ver **ANEXO - I**):

- Forças de Projecção (FOP);
- Forças de Reserva (FORES);
- Forças de Reforço (FOREF).

Deste modo, as FA desempenham um papel decisivo na defesa e garantia da soberania nacional, têm vindo a ocupar progressivamente um lugar de destaque na política externa assumida por Portugal nos *fora* internacionais, quer através da contribuição para a ONU e para a OSCE, quer através das alianças militares às quais o país pertence, quer ainda, através da Cooperação Técnica Militar, com países africanos de língua oficial portuguesa. Assim e no quadro da diplomacia preventiva, da gestão de crises ou de acções humanitárias, assumem especial relevo as operações de paz promovidas sob a égide da ONU ou de organizações regionais onde Portugal tem vindo a ter papel destacado, de acordo com as suas capacidades.



5.2. Cenários de Emprego

A capacidade das forças militares portuguesas actuarem de forma conjunta e em múltiplos cenários é uma preocupação do poder político⁽⁴⁵⁾ e militar⁽⁴⁶⁾ (ver **ANEXO – J**) que reconhecem a necessidade de constituir forças com elevada capacidade de projecção e flexibilidade de emprego pela criação a partir de 2000 de uma Força Conjunta de Reacção Imediata, com cerca de 700 militares, vocacionada para missões de paz, humanitárias e protecção de cidadãos nacionais fora do Território Nacional (TN) e uma Força Conjunta de Reacção Rápida, com cerca de 3000 militares, para ser empregue prioritariamente na área euro-atlântica.

O quadro conjuntural de intervenção externas das FA Portuguesas, que actualmente se desenrola e se prospecta para um futuro próximo, é essencialmente caracterizado pela probabilidade das grandes ameaças militares, convencionais e nucleares, relegando para uma probabilidade remota a hipótese da sua ocorrência enquanto, ao mesmo tempo, se encarou com muito mais alta probabilidade ameaças ou agressões mais diversas no tipo e na origem e num patamar de baixa violência.

Por outro lado, a estratégia de dissuasão alicerçada num enorme potencial militar deu origem a uma nova estratégia para a paz, com base na Carta da ONU, corresponsabilizando as organizações regionais na prevenção da paz e na sua restauração quando violada. As intervenções das FA de cada Estado passaram, por isso, a actuar mais num quadro de legitimidade e controlo internacionais, em espaços e condições mais amplos e diversos e com mais frequência.

Consideramos os seguintes cenários de intervenção:

- Cenários de alta violência, situam-se no âmbito da defesa colectiva e têm uma probabilidade baixa, mas continuam a exigir, em permanência, uma capacidade militar dissuasora de ameaças potenciais, sendo assim relevante o cumprimento dos compromissos nacionais com a OTAN, a UEO e a UE;
- Cenários de intervenção nacional autónoma, no quadro da dissuasão, defesa, segurança e vigilância do espaço estratégico de responsabilidade nacional e da protecção dos cidadãos nacionais em áreas de instabilidade;
- Cenários de intervenção no âmbito das operações de paz e humanitárias, com forças multinacionais, situam-se num grau de baixa violência, sendo a opção de participar muito condicionada pela política externa nacional;



- Cenários de intervenção no âmbito do apoio à política externa, situam-se no grau de baixa violência mas com elevado grau de probabilidade face à frequência de oportunidades que suscitam a sua opção.

Como áreas prioritárias de emprego podem ser definidas as seguintes:

- O espaço estratégico de responsabilidade nacional (abrange o território nacional, a ZEE e o espaço interterritorial) que é integrante da área da OTAN de maior responsabilidade nacional, e assim, se constitui em prioridade absoluta de intervenção;
- O restante espaço OTAN europeu, incluindo o Atlântico Oriental e o Mediterrâneo, considerado de 1ª prioridade;
- Os países africanos lusófonos, no âmbito da cooperação e Timor, também no âmbito das operações de paz e humanitárias;
- A área da Europa Central e Leste, não pertencente à OTAN, do Médio Oriente e do Norte de África, constituindo uma faixa adjacente ao espaço europeu da OTAN.

Neste sentido é plausível que o Sistema de Forças Nacionais, deva fazer face a quatro grandes tarefas:

1. Permitir a defesa directa do território nacional – para a qual a capacidade mínima terá de contemplar as ameaças consideradas;
2. Satisfazer os compromissos internacionais – materializando a solidariedade com os aliados num quadro de segurança colectiva;
3. Colaborar em missões de apoio à política externa – missões que tendo em conta a dispersão das comunidades portuguesas no mundo, obriga à necessidade de dotar o Sistema de Forças com capacidade de projecção e prontidão adequada;
4. Missões de interesse público – colaborar em missões desta natureza, contribuindo para a segurança interna e para a preservação dos recursos naturais, promovendo a melhoria das condições de vida da população.

5.3. Os interesses de Portugal face à UE/PESC

Portugal está empenhado no desenvolvimento da Política Comum de Segurança e Defesa que traduz a vontade europeia de tomar decisões em matéria de prevenção de conflitos e gestão de crises, evitando ao mesmo tempo, duplicações desnecessárias.

Ao analisarmos os interesses de Portugal em todo este contexto é preciso termos presente alguns aspectos essenciais no que diz respeito ao nosso país, nomeadamente:



- A sua localização geográfica sempre pressupôs uma posição de separação entre as potências continental e marítima, tal como sempre nos conduziu a uma “postura dupla” em termos de estarmos atentos aos possíveis inimigos e simultaneamente aos amigos, face aos múltiplos interesses em presença;
- Os interesses incompatíveis entre Portugal e Espanha, têm sido uma constante ao longo da nossa história e só a adesão dos dois países à UE e da Espanha à NATO, permitiu encontrar alguns interesses convergentes;
- Quanto à comunidade lusófona, Portugal desfruta de um estatuto privilegiado no seio da UE, face ao relacionamento da Europa com os outros países de língua oficial portuguesa, o que lhe garante visibilidade internacional, bem como capacidade de influenciar e sensibilizar.

A PESC é considerada como um elemento multiplicador da influência de Portugal, devendo acompanhar o processo evolutivo para o reforço da PESC como 2º pilar na UE, visando aquilatar das implicações de tal processo e influenciar esse desenvolvimento. Portugal, deve participar activamente nos processos de decisão colectiva, sendo esta a melhor forma de compensar a inevitável perda de autonomia e soberania nacional, face ao processo comunitário.

Aliado a um dos principais centros de poder mundial que é a Europa, Portugal pode ter voz e defender melhor os seus interesses vitais e específicos. A Portugal interessa o projecto europeu, permitindo assim fortalecer a política externa, não esquecendo que Portugal, é um parceiro de considerável peso, devido ao seu quadro regional, Magreb, Sul da Europa e Mediterrâneo, pela participação na estabilidade da região.

A nossa participação plena na OTAN, desde a sua fundação, bem como na UE, desde 1986, facilita a opção nacional por uma política aberta, atlântica e europeia, traduzida no reforço da afirmação de Portugal no mundo.

No que diz respeito à Direcção Geral de Política de Defesa Nacional, importa referir que, para além de acordos bilaterais no âmbito da cooperação técnico-militar com os PALOP, têm sido realizados acordos com vários países do Magreb e do ex-Pacto de Varsóvia, nomeadamente com a Polónia(47) e recentemente com a Eslovénia.

Portugal possui relações bilaterais privilegiadas com os EUA e tendo a OTAN como a sua referência principal, precisa de manter uma atitude empenhada e construtiva na UE. Visa-se assim colocarmo-nos no centro do processo transatlântico e paralelamente dentro do processo europeu, ou seja Portugal está na fronteira da articulação entre a NATO e a UE.



6. Contribuição de Forças Nacionais para Headline Goal. Posição Nacional, face aos possíveis Cenários

No dia 20 de Novembro em Bruxelas, teve lugar a “Capability Pledging Conference”, na qual os Ministros da Defesa dos Estados-Membros aprovaram as contribuições de forças e capacidades para o HG.

O requisito aprovado para as forças que constituirão o HG, refere que em 2003, a UE deverá ter capacidades para deslocar rapidamente e manter em operações uma força de nível Corpo de Exército (até 15 Brigadas ou 50 a 60 mil homens), e, adicionalmente, os meios navais e aéreos apropriados. Esta força deverá ter capacidades para responder a todo o espectro das missões Petersberg. Os Estados-Membros deverão ainda garantir que as forças atribuídas ao HG tenham as seguintes capacidades:

- Deslocar para um teatro na Europa ou na sua vizinhança, até uma distância de 4000 Km, num prazo de 60 dias.
- Sustentar uma operação com a duração de pelo menos um ano.
- Disponibilizar alguns elementos de resposta muito rápida, mantidos com uma prontidão muito elevada.
- Ser auto suficientes, e ter as capacidades de comando e controlo, informações, logística e outras, conforme necessário.

No sentido de facilitar o planeamento, foram definidos superiormente pressupostos que orientaram a proposta da contribuição nacional, nomeadamente:

- Não haver duplicação de forças entre a OTAN e a UE. As forças a atribuir ao HG serão retiradas das que são atribuídas à OTAN.
- As forças a atribuir deverão cumprir os requisitos estabelecidos no HG quanto a mobilidade, sustentação e duração da operação. Poderá no entanto, admitir-se alguma excepção caso seja necessário.
- A atribuição de forças para o HG, deverá considerar a necessidade de garantir os compromissos inerentes à participação nacional em forças permanentes da OTAN ou da UEO, bem como à força conjunta de reacção imediata nacional.
- A contribuição terrestre nacional, terá um total de cerca de 1000 homens. Conforme orientação inicial do Gen. CEMGFA, deverá ser considerado como objectivo, garantir a Portugal o comando de uma das Brigadas.



- A contribuição nacional, não deverá prever a aquisição de meios e capacidades para além das existentes ou já previstas em orçamentos correntes ou nos diversos programas inscritos na LPM.

Na definição da contribuição nacional, considerou-se como objectivo para as forças terrestres, a obtenção de um comando de uma das Brigadas, e para as forças navais e aéreas uma contribuição em várias valências e que garantisse a desejável visibilidade.

Desde o início da Presidência Francesa foram elaboradas quatro versões do Catálogo de Capacidades do HG, tendo sido apresentada na última semana de Outubro, a versão final e definitiva do Catálogo denominada “Capacities Catalogue Version 2000”.

Este Catálogo de Capacidades, foi enviado a todos os países da EU, para que estes apresentassem as respectivas contribuições de forças. Portugal enviou a contribuição inicial de força, constante no **(Anexo K)**.

Vários países da UE modificaram à *posteriori* as suas contribuições iniciais, contribuindo com forças adicionais, tendo em vista completarem algumas lacunas existentes no Catálogo de Forças, para que este se aproxime o mais possível do Catálogo de Capacidades.

Na reunião de Ministros da Defesa da UE, que se realizou em 20 de Novembro de 2000, em Bruxelas, foram apresentados para aprovação os Catálogos, de Capacidades “versão 2000” e de Forças, uma lista de faltas existentes em relação às Capacidades, bem como uma lista de projectos nacionais e multinacionais, dos diversos países da UE com o objectivo de demonstrar que para além de faltas, a UE tem também projectos já definidos tendo em vista a sua colmatação.

O Catálogo de Forças, foi apresentado dividido em três partes: a 1ª parte, continha a listagem de todas as forças que integrarão a Força de Reacção Rápida do HG, a 2ª parte, a listagem de todas as forças que foram oferecidas pelas nações como reserva e a 3ª parte, todas as forças oferecidas por outros países não pertencentes à UE.

O Conceito de Forças em Reserva, é um conceito novo no HG e é definido como as forças que os países disponibilizam para além das forças que integram as Forças de Reacção Rápida da UE(48).

Da análise já efectuada das faltas existentes no Catálogo de Forças em relação às Capacidades pretendidas, não parece estar em risco a persecução da ambição inicial portuguesa, de lhe ser atribuído um Quartel General de Brigada Ligeira e respectivo Comando, pois nas ofertas dos diversos países para o Catálogo de Forças, ainda se encontram em falta dois Quartéis Gerais de Brigada Ligeira.



A contribuição inicial portuguesa, é no entanto, muito inferior à contribuição que Portugal fornece para a UEO, que é de duas unidades de escalão Brigada Ligeira.

A componente militar da UEO, vai-se dissolver, surgindo no seu lugar a força que se está a construir no âmbito do HG. Este facto, conforme refere o Exº Tenente General MILREP(49), poderá ser mal interpretado pelas outras nações, dando origem a análises e a leituras que não estão, nem estiveram na base da contribuição inicial nacional para o HG.

7. Implicações para as Forças Armadas Portuguesas – Conclusões

É comum referir que os riscos e as ameaças são mais difusas na sua forma e origem, no tempo, espaço e actores, mas a conflitualidade actual e a diversidade das intervenções ao nível do apoio à paz que temos vindo a desenvolver materializam essa realidade, onde a imprevisibilidade aumenta as condições para a eclosão de conflitos.

A resposta às ameaças e riscos que se colocam actualmente, passa também por encontrar mecanismos e procedimentos integrados para as combater. Apesar destas se encontrarem suficientemente caracterizadas, considera-se que não se vislumbra ainda nenhuma luz ao fundo do túnel para lutar contra elas.

A procura da segurança e do desenvolvimento mediante a construção de grandes espaços de interesses comuns e/ou partilhados e a consequente criação de interdependências, coloca aos Estados, em especial, aos de menor potencial estratégico relativo, múltiplos desafios.

Esses desafios levantam a grande questão, de Estados como Portugal terem de procurar conhecer muito bem as oportunidades que surgem, não permitindo que as necessárias interdependências se transformem em dependências, que afectem a liberdade da decisão política.

As decisões de Helsínquia são apenas o começo de um processo que terá ainda que vencer muitas outras etapas se não quer ficar-se pelas meras definições conceptuais. Nunca é de mais dizer que a UE, para mobilizar para o Kosovo uma força de pouco mais de 30 mil homens (2 a 3 por cento do conjunto das suas FA dos seus quinze países, que ultrapassam 1 milhão de homens), quase chegou ao limite das suas capacidades operacionais.

O Conselho Europeu de Helsínquia estabeleceu que a Força Militar Europeia (FME) deve ter capacidade de sustentação de uma operação, pelo menos durante um ano. Tem vindo a verificar-se que as crises que deram origem às actuais missões na Bósnia e no Kosovo, se prolongam por períodos muito superiores a um ano, não se prevendo actualmente quando poderão terminar estas missões. Assim, que credibilidade terá a FME numa situação de crise futura, se só tem a obrigatoriedade de sustentação por apenas um ano?



Para que as decisões de Helsínquia venham a ter uma tradução real, os países da União e nomeadamente Portugal, vão ter também de rever as suas prioridades e fazer escolhas politicamente difíceis. A defesa custa caro, e, à excepção do Reino Unido, a tendência é para reduzir os orçamentos militares, hoje largamente absorvidos pelas despesas com pessoal, e não pelos gastos em investigação e em armamento sofisticado.

Apenas a coordenação, a racionalização e a profissionalização dos recursos militares europeus, permitirão alterar radicalmente uma situação em que a Europa, gastando no seu conjunto pouco menos que os EUA com a defesa, acaba por ter apenas 20 por cento da sua capacidade militar efectiva.

A Força Militar Europeia onde as FA Portuguesas se inserem, para ser autónoma, terá que passar por três etapas:

- Existência de um orçamento europeu;
- Política de reequipamento europeia;
- Intelligence europeia (não dependência dos EUA).

A união política parece não ser pacífica de obter, dado o prevalecimento dos interesses nacionais em detrimento do aprofundamento da unidade europeia. No entanto devemos ter presente que numa Europa apenas potência económica, Portugal é um pequeno país, mas, numa Europa não exclusivamente económica, o nosso país, poderá ser um parceiro de peso considerável.

A defesa comum europeia permite a Portugal o contacto e a participação com outras FA mais evoluídas, tirando daí benefícios em termos de organização, doutrina, formação militar, conhecimentos de equipamentos e materiais, podendo esta participação, ser um dos pontos de partida para a reorganização, modernização e reequipamento das FA Portuguesas. Permitirá uma maior participação de militares portugueses em estruturas de Comando e Estado Maior, a nível internacional, a acrescentar àqueles já proporcionados pelas estruturas da OTAN, resultando isso numa melhor preparação de quadros nacionais. Não esquecer que a participação de Portugal na OTAN tem sido determinante para todos os processo de reestruturação e modernização das suas FA e particularmente do Exército.

O desenvolvimento das capacidades das forças europeias irá “obrigar” Portugal a aumentar os recursos destinados às FA e a participar activamente em consórcios industriais e de investigação e desenvolvimento em matéria de defesa a nível europeu, revestindo-se de uma oportunidade para as indústrias de defesa nacionais.



As aquisições de material, no âmbito até agora, exclusivamente nacional, poderão progressivamente vir a realizar-se num quadro cooperativo com outros países membros da UE, com benefícios em termos de interoperabilidade e custos.

Mas as capacidades, terão também repercussões a nível da organização militar, pois no nosso entender, para atingir os resultados pretendidos será necessário os Ramos trabalharem conjuntamente e em parceria, no sentido de se conseguirem economias de escala e sinergias necessárias ao desenvolvimento destas capacidades e conseguir-se uma verdadeira interoperabilidade não só em termos de equipamentos, mas principalmente em termos de organização, doutrina e métodos.

O tipo de intervenções, tão variado e disperso, que se perspectiva para as FA Portuguesas, exige uma estrutura de grande flexibilidade, de capacidade multiuso e com alguma capacidade de transporte estratégico próprio para garantir um mínimo de autonomia de projecção de forças e capacidade de integrar ou cooperar com forças multinacionais.

A existência de uma Iniciativa de Capacidades, parece-nos ser, aliás, uma importante iniciativa e processo que aponta especificamente qual a direcção a seguir em termos de capacidades militares a desenvolver para a adequação das FA às novas missões e cenários de intervenção, devendo por isso ser considerada uma oportunidade no sentido de que define um “quadro de referência” possível e desejável para a modernização das FA Portuguesas.

Este “quadro de referência”, deverá permitir a Portugal, num horizonte de médio prazo, dotar-se de umas FA credíveis no plano internacional e nacional, desenhadas para as novas missões que são previsíveis virem a desempenhar, numa compatibilização entre cenários de actuação de âmbito nacional e multinacional. Parece-nos que cada vez mais essa compatibilização é possível, uma vez que os cenários nacional – multinacional são cada vez mais próximos.

O desafio tecnológico coloca-se fundamentalmente ao nível de alguns membros da UE e muito particularmente a Portugal, onde este imperativo, obrigará a uma verdadeira estratégia estrutural, no sentido de dotar as forças militares nacionais com características compatíveis com as dos outros Membros. Neste caso não basta um aumento de recursos financeiros postos à disposição das FA, é necessário desenvolver ou explorar capacidades na área da Ciência e Tecnologia e Indústrias de Defesa, em parceria com outros países e na contribuição para programas internacionais de investigação e desenvolvimento, para se conseguir dotar as FA dos recursos tecnológicos necessários às capacidades exigidas.



O fosso tecnológico já existente entre forças europeias, a agravar-se, poderá ter como consequências para Portugal, que a sua contribuição para missões da UE, assim como de alguns outros países europeus, seja a realização de tarefas que envolvam sistemas de forças com menor componente tecnológica, logo com maiores riscos físicos e a não participação em missões com recurso à utilização de meios tecnologicamente evoluídos, como reconhecimento, vigilância, bombardeamentos “cirúrgicos”, podendo dessa forma ficar arredado dos processos de comando e controlo ao nível da tomada de decisão operacional e estratégica militar.

A importância de Portugal, advém do seu posicionamento geoestratégico, pelo que é importante mantermos em termos militares um dissuasor mínimo credível e por outro lado é imperioso que sejamos membros da Aliança Atlântica, da União Europeia, da União Europeia Ocidental e da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa. A participação de Portugal, numa Europa estruturada em termos da defesa e da segurança, tende a reduzir o nosso “periferismo”, desde que a OTAN continue a ser a principal organização de defesa na Europa.

Assim, existe todo o interesse em que os Estados Unidos continuem a desempenhar um papel muito importante no continente europeu, pois se assim for, Portugal continuará a ter relevo devido á sua posição geoestratégica. Se pelo contrário a Europa se tornar numa potência em termos económicos e políticos e adoptar uma atitude de defesa independente da OTAN, o nosso posicionamento geoestratégico terá menor valor.

De um modo mais ou menos discreto, Portugal tem vindo na realidade a proceder a uma reavaliação dos seus interesses fundamentais no quadro europeu. Tem-se verificado aquilo a que se poderia chamar um processo de “aculturação europeia” de Portugal. Diríamos que o nosso país, de uma situação “atlantista”, tem vindo progressivamente a inclinar-se para um posicionamento euro-atlântico, em que o elemento europeu aparece cada vez mais nítido e o atlântico mais esbatido.

O desempenho deste tipo de operações (Petersberg) ditas “operações de não-guerra”, o conceito de “baixas zero” está sempre presente. Este factor exige um esforço acrescido na melhoria tecnológica dos equipamentos e na necessária formação do pessoal, quer para garantir a existência de reais capacidades de intervenção, quer para o tratamento atempado e adequado das situações que exijam participação. A obtenção dessa capacidade obriga a uma correcta articulação das políticas de pessoal e de investimento e de outras medidas políticas que garantam adequada sustentação.

Para dotar os europeus de meios militares que diminuam significativamente a sua dependência dos Estados Unidos e lhes permitam ser parceiros menos desiguais na OTAN, vai



ser preciso gastar mais; não bastará apenas gastar melhor. Algumas das lacunas europeias identificadas serão caras de colmatar e as reestruturações começam por custar mais dinheiro para depois poder poupar. Neste capítulo Portugal, tal como outros membros da UE, terá que fazer um grande esforço, é que desde a Cimeira de St-Malo, há dois anos, os orçamentos de estado para a defesa dos países da UE, continuam a não mostrar aumento das despesas militares, uma vez que os parlamentos e mesmo a população preferem outros empregos do dinheiro público. Pelo que só com políticas vigorosas e determinadas, é possível convencer a população de uma verdadeira cultura de segurança e defesa.

Em termos de orçamentos para a defesa, a referência mais comum, em termos de posição europeia, é a necessidade da Europa situar as suas despesas de defesa em cerca de 1,8 a 2% do PIB, embora consideramos que para cada Estado-Membro, deverá ser considerado individualmente o seu próprio critério de convergência definido em função da sua situação militar. Portugal do orçamento de estado, as despesas com a defesa representam 1,4% do PIB.

Importa realçar que o desenvolvimento da política de defesa nacional, comporta implicações sociais, sacrifícios e encargos financeiros que decorrem dos necessários investimentos, os quais não são fáceis de conseguir e sustentar ao nível da sociedade civil e da opinião pública.

8. PROPOSTAS

As FA não são reformáveis no curto prazo, mas ao longo de vários programas. A não existência de Industrias de Defesa limita ainda mais esta reformulação, pelo que é urgente proceder desde já a parcerias industriais europeias ligadas à defesa, para que Portugal possa beneficiar de uma margem de partilha industrial, tendo em vista o aumento das capacidades da Força Militar Europeia.

O redimensionamento de uma nova estrutura de forças nacionais, deverá ter em vista as novas missões, no quadro da UE/OTAN, e não, o modelo do passado. De facto, o novo ambiente internacional e a participação em alianças e organizações internacionais deverá ter implicações para as FA a vários níveis:

- Estratégico (no que respeita, por exemplo, às industrias de defesa, à existência da componente territorial, etc);
- Estrutural (no que respeita, por exemplo, à gestão/recrutamento de recursos humanos, ao treino, à logística, etc);
- Operacional (no que respeita, por exemplo, à interoperabilidade, à doutrina, etc).



Pelo que urge, rever o Conceito Estratégico de Defesa Nacional e o Conceito Estratégico Militar que deriva do primeiro, de forma a que seja possível adaptar as FA às novas missões.

É também preciso continuar a organizar as FA segundo o modelo de forças de atribuição e emprego múltiplos, aptas à defesa do TN ou exterior, à gestão de crises e às missões de Petersberg. No contexto internacional de ameaças e riscos mal definidos no espaço e no tempo e a participação em várias organizações internacionais, é recomendável dispor de significativa capacidade de projecção de forças, exigindo-se assim que estas sejam flexíveis, com elevada mobilidade estratégica e capacidade de emprego modular, para além de se assegurar a sua interoperabilidade com forças e meios das alianças e organizações internacionais, o que aconselha um aumento dos níveis de enquadramento e de profissionalização. Neste aspecto, Portugal ao contribuir com forças para a estrutura militar da UE, deverá garantir que estas forças estão preparadas para este tipo de missões, em termos humanos e materiais e detêm as capacidades exigidas.

Também deve ser encarada a possibilidade de maior integração operacional do conjunto das FA. Pelo menos ao nível dos mecanismos que apoiam a estrutura superior de comando e como forma de viabilizar a acção conjunta do sistema de forças e respostas mais rápidas e eficazes às exigências do apoio das FA à política externa.

Apesar da política de defesa nacional parecer ser tendencialmente europeísta, Portugal não deve esquecer a sua orientação estratégica tradicional que é “atlantista”, sustentada na Aliança com a potência marítima dominante. Portugal deve tentar manter o equilíbrio entre o atlântico e o europeu, numa perspectiva euro-atlântica, defendendo a manutenção e aprofundamento do vínculo transatlântico no seio da OTAN, não só por razões históricas mas fundamentalmente por razões geoestratégicas.

Para evitar más interpretações da contribuição nacional para o HG (conforme refere o Ex^o Tenente General MILREP no seu Memorando 01/MILREP/00) e para simultaneamente garantir credibilidade à contribuição nacional, deverá para além da contribuição inicial, serem disponibilizadas as forças constantes no **(Anexo L)** - Contribuição Adicional Nacional, e que simultaneamente seja disponibilizada uma unidade de escalão Brigada para ser integrada na 2^a parte do Catálogo “Forças de Reserva”. No **(Anexo M)** descreve-se a justificação para este aumento da contribuição nacional. Com esta contribuição adicional a contribuição portuguesa, não seria substancialmente inferior à contribuição que Portugal fornece para a UEO.

Nomeação de um Oficial para integrar o grupo designado por Headline Task Force (HTF), grupo onde estão presentes Oficiais de todos os países da UE, com excepção de Portugal, que



para o efeito não nomeou ninguém, para desenvolver os passos subsequentes ao desenvolvimento do HG.



NOTAS

- (1) - 4 de Dezembro de 1998
- (2).- A decorrer em 7, 8 e 9 de Dezembro de 2000
- (3).- VIDEMAN, Isabel Ribeiro F. Nunes : A Arquitectura de Defesa e Segurança e o Papel das Instâncias Internacionais; Nação e Defesa nº 64, pg. 100
- (4).- De uma forma global podemos sintetizar as novas formas de conflitualidade da seguinte forma: crime organizado; terrorismo (incluindo o químico, biológico e nuclear); formas radicais de nacionalismo; fluxos migratórios desordenados; proliferação de armas de destruição maciça; fundamentalismo islâmico (extremismo); narcotráfico; sabotagens; subversão; delapidação de recursos naturais; tensões étnicas; etc.
- (5) – IAEM, CEM 96/98, TAG – Estratégia, Portugal e a Articulação PESC/UEO.
- (6) - No âmbito da NATO, o terrorismo internacional continuará a constituir a maior ameaça à paz, segurança e estabilidade global – MC 288/9 – Military Input to Ministerial Guidance 1998.
- (7) – Tratado de Amsterdão
- (8) – A abstenção construtiva significa que a abstenção de um estado-membro não impede a adopção de uma decisão. Além disso, caso o estado-membro em questão faça acompanhar a sua abstenção de uma declaração formal, não é obrigado a aplicar a decisão, devendo, contudo, aceitar num espírito de solidariedade mútua, que a mesma vincula a União. Assim, o estado-membro deve abster-se de qualquer acção susceptível de colidir com a acção da União ao abrigo da referida decisão. Deve ser referido que o mecanismo da declaração formal que acompanha a abstenção não é aplicável se os estados-membros que decidam recorrer a este processo representarem mais de 1/3 dos votos ponderados no conselho.
- (9) - 4 de Dezembro de 1998
- (10) - 8 e 9 de Dezembro de 1998
- (11) - 3 e 4 de Junho de 1999
- (12) – O Tratado de Bruxelas de 1948, modificado pelo Protocolo de Paris de 1954 no seu artigo V estabelece o dever de ajuda e assistência mútuas em caso de agressão armada, no artigo VIII.3 prevêem-se a adopção de medidas perante uma situação que possa significar ameaça à paz ou ponha em perigo a estabilidade económica da Europa.
- (13) - 10 e 11 de Dezembro de 1999
- (14) – Headline Goal
- (15) - Capacidade de se posicionar no Teatro de Operações (TO) de forma a melhor desempenhar as missões que forem cometidas no âmbito de uma operação militar. Implica sistemas de informações, sistemas de vigilância e sistemas de comunicações.
- (16) – Capacidade de uma força para se sustentar em termos logísticos por forma a fazer face a operações continuadas no tempo. Implica organizações de apoio de serviços modulares e flexíveis que rapidamente se adaptem às condicionantes da operação militar.
- (17) – Capacidade de duas ou mais forças militares trabalharem em conjunto com intermutabilidade de materiais e procedimentos e ainda com sistemas que sejam compatíveis uns com os outros. Implica planeamento prévio de políticas de aquisição, de operabilidade e de procedimentos.
- (18) – Capacidade de uma força, poder fazer face a situações imprevistas, em conflitos de natureza variada.
- (19) – Capacidade de se fazer deslocar uma força, de um local para outro, para poderem ocorrer a qualquer ponto onde o conflito imprevisto ocorra, mantendo a capacidade de continuar a realizar a sua missão.



- (20) – Capacidade de uma força, poder continuar a cumprir a sua missão mesmo que seja sujeita a ataques.
- (21) – Comando é a autoridade investida num militar das FA para dirigir, coordenar e controlar forças militares.
Controlo é a autoridade exercida por um comandante sobre parte das actividades de organizações subordinadas, as quais envolvam a responsabilidade para implementar ordens ou directivas.
As funções de comando e controlo são exercidas através de um sistema funcional, conjunto de homens, material, equipamento e procedimentos organizados, que permitam a um Comandante dirigir, coordenar e controlar as actividades das forças militares no cumprimento da sua missão. Em síntese, o comando e controlo é o processo de conduzir as actividades das forças militares para atingir um objectivo.
- (22) - 19 e 20 de Junho de 2000
- (23) - Membros Europeus da NATO, que não são Membros da UE
- (24) - Membros Europeus da NATO, que não são Membros da EU e os Países Candidatos à Adesão à EU.
- (25) – Cimeira da OTAN em Berlim, Junho 1996, tomou a decisão de criar a IESD, por forma a conferir um peso maior e uma personalidade mais forte aos europeus, permitindo a criação de forças militares coesas e eficazes, capazes de actuar sob o controlo político da UEO.
- (26) - 22 de Setembro de 2000
- (27) – O Tratado da União Europeia, assinado na cidade holandesa de Maastricht em Fevereiro de 1992, que entrou em vigor em 1 de Novembro de 1993, consagra num quadro institucional único (a União Europeia) uma estrutura fundada sobre três pilares.
1º Pilar – Relações externas da Comunidade. Permite as instituições europeias encarregar-se da gestão das 17 políticas comuns, com o objectivo da coesão política e social.
2º Pilar – PESC
3º Pilar – Cooperação policial e judicial em matéria penal. Permite aos serviços da polícia e da justiça dos 15 Estados-Membros cooperar para reforçar a segurança interna.
- (28) - In Diário de Notícias, 8 de Janeiro de 2000
- (29) - Idem
- (30) – Forças Operacionais Conjuntas e Combinada
- (31) - Elinor Sloan, ICD: responder à Revolução nos Assuntos Militares efectuada pelos EUA, Notícias da OTAN, Primavera/Verão 2000, pág 4.
- (32) - Elinor Sloan, op cit, pág 6
- (33) - Casos da Islândia, Noruega, Turquia, República Checa, Hungria e Polónia.
- (34) – É o QG da UE, terá 87 Oficiais dos estados-membros dos quais 5 serão portugueses. Os estados-membros que não nomeiem Oficiais para os cargos que lhe forem atribuídos, esses cargos podem ser ocupados por outros estados-membros que se mostrem interessados (ver **ANEXO – G**).
- (35) – Comando, controlo, comunicações, computadores e informações
- (36) – In Jornal Expresso, 26/2/200, entrevista com Javier Solana.
- (37) – Conceito de Defesa Nacional.
- (38) - Vaz Pereira, Portugal e a NATO, Nação e Defesa, N°39, Jul-Set, pág 63.
- (39) – Para além dos objectivos actuais de defesa nacional mencionados, existem mais os seguintes:
- Fortalecer a vontade colectiva de defesa;
 - Valorizar a posição de Portugal e reforçar a sua capacidade de acção no mundo como afirmação da sua individualidade no seio da sociedade internacional;



- Desenvolver e consolidar as relações com Estados a que Portugal está associado por laços históricos e culturais, com especial ênfase para a comunidade de países de língua portuguesa;
- Garantir uma componente militar de defesa própria que desencoraje a agressão e facilite, em caso de conflito, o restabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais.

(40) - António Vitorino, Nação e Defesa - Nov96.

(41) - GOP 2000-2003, 1ª Opção (Assuntos Europeus).

(42) - A EUROMARFOR e a EUROFOR foram constituídas sob iniciativa hispano-franco-italiana na reunião dos Ministros da Defesa daqueles países em Roma (Set92) adoptando-se definitivamente na reunião de Out93 em Grosetto. Em 15Mai95 em Lisboa foram assinados os documentos constitutivos daquelas forças tendo Portugal aderido às mesmas.

A EUROFOR é uma força terrestre com QG permanente em Florença não tem unidades orgânicas, mas dispõe de forças atribuídas pelos países, renováveis de dois em dois anos, permitindo levantar uma unidade de nível Divisão (10000 a 12000 homens).

A EUROMARFOR é uma força marítima com capacidade aero-naval e anfíbia predefinida organicamente, mas não permanente. O comando desta força está organizado em dois níveis: O comandante é nomeado por rotação entre os almirantes dos países participantes e um comandante táctico a nomear para cada operação.

Ambas as forças estão vocacionadas para o desempenho das missões de Petersberg. Podendo ser utilizadas, com a vontade unânime dos países membros no quadro das Nações Unidas, da OSCE, da OTAN ou de outras Organizações. Estas duas forças fazem parte das 5 FAWEU's (Forces Answerable to UEO) à disposição da UEO.

(43) - Programa do XIV Governo Constitucional, Assuntos Europeus.

(44) - Por decisão do Ministro da Defesa Nacional, a reformulação do dispositivo no Kosovo, implicará a não rendição da força actualmente nesse TO (Agrupamento DELTA/BMI).

(45) - Directiva Ministerial de Defesa Militar, págs 14-15.

(46) - Anexo J - Directiva de Planeamento de Forças - DPF/CEMGFA/99.

(47) - AAVV: Respostas ao Nível da Componente Militar da Defesa Nacional, face á previsível Arquitectura de Segurança Europeia e à Tipologia das novas Missões; CEM 95/97; IAEM, pg. 29

(48) - Para a determinação do efectivo real desta reserva, estão a ser efectuados estudos entrando em linha de conta com as capacidades que a força deve ter para efectuar a rotação do seu pessoal no TO em conflitos prolongados.

(49) - Memorando 01/MILREP/

**BIBLIOGRAFIA**

- AAVV**, Vademecum, “ Une introduction à l’Organisation pour la sécurité et la coopération en Europe.”
- AAVV**, “ European Security in the 1990 : challenges and perspectives ”, UNIDIR, United Nation, 1995AAVV – Lisbon Document 1996, “Organization for Security and Co-operation in Europe”.
- AAVV**, Le Bras Armé de L’Union Européene: L’Union de L’Europe Occidentale (UEO), Armées d’Aujourd’hui, N° 200, Éditions Association pour le Développement et laDiffusion de L’Information Militaire, Paris, Mai 1995.
- AAVV**, Relatório final da Presidência Portuguesa da EU
- AAVV**, Conclusões da Presidência, Colónia.
- AAVV**, Conclusões da Presidência, Helsínquia.
- AAVV**, Declaração de Saint-Malo
- AAVV**, Respostas ao Nível da Componente Militar da Defesa Nacional, face á previsível Arquitectura de Segurança Europeia e à Tipologia das novas Missões; CEM 95/97; IAEM, pg. 29
- AAVV**, Portugal e a Articulação PESC/UEO, CEM 96/98, IAEM.
- BARROSO**, José Manuel Durão (Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal), A Parceria Transatlântica no Novo Contexto de Segurança Europeia, Notícias da OTAN (Versão em Língua Portuguesa), N° 3, OTAN, Lisboa, Jul/Set1995.
- BARROSO**, José Manuel Durão, A Identidade Europeia de Segurança e Defesa, Nação e Defesa N°84
- BOCETA**, Maria Rosa (Conselheiro da Embaixada de Espanha em Portugal), Nueva Arquitectura de Seguridad y Defensa en Europa, Estratégia, Vol VII, Coordenação do Professor Adriano Moreira e General Pedro Cardoso, Instituto de Relações Internacionais, Lisboa, 1995.
- COURS**, António “ A União Europeia do Tratato de Amsterdão num projecto de carta constituinte para o século XXI ”, Crita Editora, Oeiras, 1997.
- COUTO**, Gen. Abel Cabral, A Integração Europeia e a Defesa Nacional, in Jornal do Exército, nº 400, Abril de 1993, suplemento pp I a XII.
- COVAS**, António; A Revisão do Tratado da UE
- CRAGG**, Anthony (Secretário Geral Adjunto da OTAN p/ Planeamento e Política de Defesa), O Conceito das CJTF: Um elemento chave da adaptação da Aliança, Notícias da OTAN (Versão em Língua Portuguesa), N° 3, OTAN, Lisboa, Jul/Set 1996.
- CUTILEIRO**, José (Secretário-Geral da UEO), O Desenvolvimento Operacional da UEO e o seu Relacionamento com a OTAN, Notícias da OTAN (Versão em Língua Portuguesa), N° 3, OTAN, Lisboa, Jul/Set 1995.



CUTILEIRO, José “ A Importância da UEO hoje ” artigo do “ Publico ” de 17 Março 1998.

ELINOR Sloan, ICD: Responder à Revolução nos Assuntos Militares efectuada pelos EUA, Notícias da OTAN, Primavera/Verão 2000

FERREIRA, Ten. Cor. Brandão, “ A União de Europa Ocidental (UEO) . Dos primórdios até actualidade ”, conjunto de cinco artigos in “ Jornal do exército ”, n. 413, 416, 423, 425, 429 entre Maio 1994 e Setembro 1995.

FERREIRA, Ten. Cor. Brandão “ A União Europeia Ocidental e a presidência Portuguesa”, in Nação e Defesa, n. 73.

HOJBERG, Anne-Else, “ A estrutura de Segurança Europeia. Uma plethora de organizações”, in Noticias da OTAN Out/Dez 1995, pp26-31

MARTINS, Raul François, “Acerca da Segurança na Europa”, in Nação e Defesa nº63 Jul-Set de 1992

MIERLO, Hans Van (Ministro dos Negócios Estrangeiros da Holanda), A UEO e a OTAN: Perspectivas dum Relacionamento mais Equilibrado, Notícias da OTAN (Versão em Língua Portuguesa), Nº 1, OTAN, Lisboa, Jan/Mar 1995.

MONTEIRO, TCor Pina, O Futuro das Relações OTAN - UEO, Jornal do Exército, Nº 440, EME, Lisboa, Agosto 1996.

PASCALLON, Piere “ Quelle politique de securité pour l’Europe ? ”, collection geostrategie, Paris, PUBLISUD, 1995.

PEREIRA, Vaz, Portugal e a NATO, Nação e Defesa, Nº39, Jul-Set, pág 63.

PINTO, Cor Eng^a Luís V. Valença: A Política Externa e de Segurança Comum; CSCD 95/96, IAEM

PROGRAMA XIV Governo Constitucional

PUIG, Louis Maria “ Cinquenta anos de defesa europeia ”, artigo do “ Publico ” de 17 Março 1998.

RIFKIND, Malcolm (Ministro da Defesa do Reino Unido), A Necessidade duma Comunidade Atlântica para Reflectir Melhor as relações EUA/Europa, Notícias da OTAN (Versão em Língua Portuguesa), Nº 1, OTAN, Lisboa, Jan/Mar 1995.

SACCHETTI, António Emílio, Segurança Europeia, ISCSP, 1995

SANTER, Jacques (Presidente da Comissão Europeia), A Política de Segurança e Defesa da União Europeia: Como não perder o encontro de 1996, Notícias da OTAN (Versão em Língua Portuguesa), Nº 4, OTAN, Lisboa, Out/Dez 1995.

SANTOS, Gen José Alberto Loureiro dos, A Política de Segurança e Defesa Comum da União Europeia, Revista Militar Nº 5, Lisboa, Maio 1993.

SLOAN, Elinor, ICD: Responder à Revolução nos Assuntos Militares efectuada pelos EUA, Notícias da OTAN, Primavera/Verão 2000, pág 4.

SOLANA, Javier (Ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha), O Programa da Segurança Europeia, Notícias da OTAN (Versão em Língua Portuguesa), Nº 4, OTAN, Lisboa, Out/Dez 1995.



VIANA, TCor Vitor Daniel Rodrigues, O Novo Ambiente Estratégico, (NC 70-10-15), IAEM, Lisboa, Dezembro 1994.

VIANA, TCor Vitor Daniel Rodrigues, A Evolução do Conceito Estratégico Nacional da Fundação ao Estado Novo, IAEM

VIDEMAN, Isabel Ribeiro F. Nunes: A arquitectura de Defesa e Segurança Europeia e o Papel das Instâncias Internacionais; Nação e Defesa nº 64, Out/Dez92, IDN

VITORINO, António “Opções de Política e de Defesa Nacional”, Defesa Nacional, Janeiro 1998.

VITORINO, António: Política de Defesa Nacional, Revista “Nação e Defesa”, Jul/Set96, IDN

Documentos Oficiais

Conceito Estratégico Militar (CEM – 1997)

Directiva Ministerial de Defesa Nacional (DMDM – 99)

Directiva de Planeamento de Forças (DPF/EMGFA/99)

Grandes Opções do Plano (GOP 2000 – 2003)

Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA)

Missões Específicas das Forças Armadas (MIFA – 97)

MC 288/9, Military Input to Ministerial Guidance

Programa do XIV Governo Constitucional

Endereços Internet Consultados

http://www.fsk.ethz.ch/osce/osce_vaf.htm

<http://www.osceprag.cz/docs/finaldoc>

<http://europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lub/a19000.htm>

<http://europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/a19000.htm>

<http://europa.eu.int/scadplus/leg/pt/cig/g4000u.htm>

<http://ue.eu.int/pesc/pres.asp?lang=pt>

<http://europa.eu.int/abc/doc/off/rg/pt/1999/pt0635.htm>

<http://nato.org>

<http://www.min-nestrangeiros.pt/min-nestrangeiros/politica/europeia/portugal/guiapesc.html>

<http://www.weu.int/fra/missions.htm>

<http://www.osce.org/publications/handbook/1.htm>

http://www.osce.org/general/gen_info.htm

ANEXO A – Defesa Comum Europeia – Antecedentes e Evolução

Em 1950, o Plano Pléven (nome do Presidente do Conselho francês) tinha por objectivo a criação de um exército europeu integrado sob comando comum. Este plano foi objecto de negociações entre os Estados-membros da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, que decorreram de 1950 a 1952 (em 1952 é criada a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), tal como tinha ficado definido pelo Tratado de Paris em 1951 assinado pela República Federal da Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos), e conduziram à assinatura do Tratado que institui a Comunidade Europeia da Defesa (CED). O corolário da CED era um projecto político, apresentado em 1953, que visava a criação de uma estrutura federal ou confederal.

A "Comunidade Política Europeia" previa a criação de uma Assembleia Parlamentar bicameral, um Conselho Executivo Europeu, um Conselho de Ministros e um Tribunal de Justiça. As competências da Comunidade Política seriam bastante vastas, prevendo-se que, a prazo, absorvesse a CECA e a CED. Todavia, tal projecto nunca chegaria a concretizar-se, dado que foi vetado em 30 de Agosto de 1954, pela Assembleia Francesa por uma maioria formada por radicais da extrema-direita e extrema-esquerda. Este tratado representava um passo em direcção a uma Europa federal e supranacional e preconizava um exército europeu, um orçamento e instituições comuns, dirigidos por uma Assembleia Comum eleita por sufrágio directo.

Esta Assembleia tinha ainda a missão de estudar as formas de criação duma organização federal com uma clara separação de poderes, com um parlamento a duas câmaras. O veto francês, significou ainda o fim do que seria uma Comunidade Política, aprovada pela Assembleia da CECA em 10 de Março de 1953.

Em 1958 verificou-se a Criação da Comunidade Económica Europeia (CEE) e da Comunidade Europeia da Energia Atómica (Euroatom), pelos mesmos estados da CECA, tal como tinham sido estabelecidas pelos Tratados de Roma de 1957.

No início dos anos 60, realizaram-se difíceis negociações com base nos dois planos Fouchet, sucessivamente apresentados pela França, que previam uma cooperação política mais estreita, uma União de Estados e políticas externa e de defesa comuns. O comité instituído a fim de apresentar propostas concretas conseguiu chegar a compromissos difíceis mas ambiciosos, tais como a criação de um secretariado independente ou a perspectiva futura de votação por maioria qualificada em determinados domínios. Lamentavelmente, não foi possível chegar a um acordo quanto

ANEXO A – Defesa Comum Europeia – Antecedentes e Evolução

às propostas do comité Fouchet, tendo as negociações entre os Estados-membros sido interrompidas em 1962.

Em 1967 a CECA, a CEE e a Euroatom, foram fundidas numa única Comissão Europeia que substituiu a Alta Autoridade da CECA, a Comissão da CEE e a Comissão da Euroatom. Um único Parlamento Europeu (embora ainda hoje seja oficialmente chamado de Assembleia Parlamentar Europeia) substituiu as três Assembleias das Comunidades, embora os membros participantes nas diversas Assembleias tenham sido sempre os mesmos.

Na sequência de um pedido dos Chefes de Estado e de Governo de um estudo relativo às possibilidades de progredir no plano político, o "Relatório Davignon" foi apresentado em 1970, na Cimeira do Luxemburgo. Este relatório está na origem da Cooperação Política Europeia (CPE) , lançada informalmente em 1970, que seria institucionalizada através do Acto Único Europeu (AUE), em 1987.

A CPE implicava essencialmente a realização de consultas entre os Estados-membros sobre questões de política externa, define os seus objectivos (harmonização de posições, consultas e acções comuns) e os seus instrumentos (reuniões semestrais dos MNE's, reuniões trimestrais dos Directores Políticos em Comité Político). Estes mecanismos viriam a ser reforçados pelas recomendações resultantes do Relatório de Copenhague (Novembro de 1973): reuniões trimestrais dos Ministros e reuniões mensais do Comité Político, criação de Grupos de Trabalho, implementação da rede COREU, primeiros comunicados de imprensa dos Nove.

Três anos mais tarde, a Cimeira de Copenhaga apresentou um relatório sobre o funcionamento da CPE. Na sequência deste relatório, o ritmo das reuniões dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e do Comité Político (composto pelos directores políticos nacionais) intensificou-se. Paralelamente, foi criado um "Grupo dos Correspondentes Europeus", responsáveis pelo acompanhamento da CPE em cada Estado-membro. Este grupo iria igualmente beneficiar do acesso ao COREU , uma nova rede telex, que passou a ligar os Estados-membros.

A Cimeira de Paris (Dezembro de 1974), no seguimento da qual foi criado o Conselho Europeu, veio atribuir ao Estado-membro que assegura a Presidência um papel que não cessaria de se reforçar, nomeadamente no que respeita ao relacionamento com países terceiros.

A instituição do Conselho Europeu, contribuiu para uma melhor coordenação da CPE, graças ao papel desempenhado pelos Chefes de Estado e de Governo na definição

ANEXO A – Defesa Comum Europeia – Antecedentes e Evolução

da orientação política geral conferida à construção comunitária. Desde então, o papel da Presidência, bem como a publicidade dada aos trabalhos da CPE reforçaram-se mutuamente através da adopção de posições oficiais da Comunidade.

Com a invasão do Afeganistão pela União Soviética e a revolução islâmica no Irão, os Estados-membros tomaram consciência da impotência crescente da Comunidade Europeia a nível internacional. Assim, determinados a reforçar a CPE, adoptaram o Relatório de Londres em 1981, que impunha aos Estados-membros uma obrigação geral de consulta prévia, e de associar a Comissão Europeia, relativamente a qualquer questão de política externa que dissesse respeito ao conjunto dos Estados-membros. Em 1982, o mesmo desejo de afirmar a posição da Comunidade a nível mundial esteve na origem da iniciativa Genscher-Colombo relativa ao Acto Europeu, que conduziu, em 1983, à Declaração Solene de Estugarda sobre a União Europeia.

Em 1985, o relatório do Comité Dooge, que antecedeu o início da Conferência Intergovernamental que conduziu ao Acto Único Europeu, continha uma série de propostas relativas à política externa, e nomeadamente os conceitos de concertação reforçada, no que se refere às questões relacionadas com a segurança, e de cooperação no sector do armamento, preconizando, além disso, a criação de um secretariado permanente. Finalmente, as disposições introduzidas no Tratado pelo Acto Único Europeu ficaram aquém das propostas do Comité Dooge, permitindo, no entanto, institucionalizar a CPE, o Grupo dos Correspondentes Europeus, bem como um Secretariado colocado sob a responsabilidade directa da Presidência. Os objectivos da CPE foram tornados extensivos a todas as questões de política externa de interesse geral.

As principais características da CPE são:

- 1 Um sistema de cooperação intergovernamental fundado sobre o consenso;
- 2 A ausência de uma estrutura institucional própria;
- 3 A ausência de base jurídica para a maioria das práticas;
- 4 Um campo de aplicação aberto que cada vez mais se alargava.

A Conferência Intergovernamental sobre a União Política conduziu à inclusão, no Tratado da União Europeia, que entrou em vigor em 1993, de um título específico relativo a uma política externa e de segurança comum (PESC). Assim, a PESC substituiu a CPE e foi criado um pilar intergovernamental distinto na estrutura comunitária, que exprime a vontade da União de afirmar a sua identidade na cena internacional.

ANEXO A – Defesa Comum Europeia – Antecedentes e Evolução

ANEXO C – DECLARAÇÃO DE PETERSBERG (MISSÕES DE PETERSBERG)

A Declaração de Petersberg de 19 de Junho de 1992 constitui um elemento primordial da vontade de desenvolver a União da Europa Ocidental (UEO) enquanto componente de defesa da União Europeia e enquanto meio para fortalecer o pilar europeu da Aliança Atlântica (NATO). As três partes desta declaração definem as linhas directrizes para o desenvolvimento futuro da UEO.

Nesta declaração, os Estados-membros da UEO manifestam-se prontos a colocar à disposição da UEO unidades militares provenientes de qualquer dos ramos das suas forças convencionais, com vista à realização de missões militares sob a autoridade da UEO. Foram definidos os diferentes tipos de missões militares que podem ser realizadas pela UEO: para além de contribuírem para a defesa comum no âmbito da aplicação do artigo 5º do Tratado de Washington e do artigo V do Tratado de Bruxelas alterado, as unidades militares dos Estados-membros da UEO poderão ser utilizadas para:

- missões de carácter humanitário ou de evacuação de cidadãos;
- missões de manutenção da paz;
- missões executadas por forças de combate para a gestão de crises, incluindo operações de restabelecimento da paz.

Estas Missões "de Petersberg" foram inseridas pelo Tratado de Amsterdão no novo artigo 17º do Tratado da União Europeia.

A declaração de Petersberg indica igualmente que a UEO está disposta a apoiar, caso a caso e em conformidade com os seus procedimentos específicos, a aplicação eficaz de medidas de prevenção de conflitos e de gestão de crises, nomeadamente as actividades de manutenção da paz da CSCE (que entretanto se transformou em OSCE) ou do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Paralelamente, a declaração pronuncia-se a favor de uma sólida parceria transatlântica e salienta a importância da aplicação da declaração relativa à UEO (nº 30) em anexo ao Tratado de Maastricht. Na terceira parte da declaração, que é consagrada ao alargamento da UEO, os países membros definem os direitos e as obrigações dos Estados europeus que fazem parte da União Europeia e da Aliança Atlântica como futuros membros, observadores ou membros associados.

OSCE

Sendo constituída por 53 Estados, abrangendo todos os países da Europa e América do Norte tem como funções principais:

- Servir de quadro para a criação de normas na área da OSCE no âmbito do Direito Internacional, direitos do homem, direito das minorias, da democracia, primado do direito e economia de mercado.
- Servir de quadro para o processo de limitação dos armamentos na Europa.
- Servir de quadro para o aviso-prévio, prevenção de conflitos, gestão de crises e resolução de conflitos, apoiada por mecanismos de estabelecimento de confiança e pela nomeação de um Alto Comissário para as Minorias Nacionais.

Na OSCE privilegia-se o diálogo político, procurando-se soluções justas, consensuais e imparciais para os litígios entre os países membros. Defendem-se os direitos humanos, estabelecem-se medidas para a criação de segurança e de confiança e negocia-se uma redução equilibrada de forças e de armamentos que proporcione maior estabilidade. A diplomacia preventiva da OSCE e a sua perspectiva abrangente mostram serem essenciais para a paz e a estabilidade na Europa.

A sua principal preocupação, nos últimos anos, tem sido dada ao aviso-prévio e à prevenção de conflitos e não à resolução dos já declarados, mostrando-se a sua diplomacia preventiva e a sua perspectiva abrangente essenciais para a paz e a estabilidade na Europa.

A sua participação tem sido, também, de extrema importância na negociação de diversos acordos e tratados referentes ao controlo de armamentos e criação de medidas de confiança e desanuviamento na Europa, contribuindo grandemente para a sua segurança.

Tem desenvolvido ou desenvolve no presente missões relativas a problemas de direitos das minorias e direitos do homem, encorajando o diálogo e a promoção de um clima de confiança local, missões de acompanhamento de forças de manutenção de paz, missões de bons-ofícios para a resolução de situações de conflito aproximando as partes, entre muitas outras.

Apresenta no entanto algumas limitações, das quais se salienta o facto de não possuir meios ou forças próprias, implicando a necessidade de recorrer ao apoio de outras organizações, no que diz respeito a forças militares e a aspectos económicos.

UEO

(1) Origem

O Tratado de Bruxelas, assinado em 17 de Março de 1948, pela Bélgica, França, Luxemburgo, Holanda e Reino Unido constitui o embrião da UEO. Este acordo tinha por objectivo o estabelecimento de cooperação entre aqueles países, nas áreas, económica, social e cultural e, acima de tudo, a assunção de um forte compromisso na defesa colectiva.

Já no ano anterior, em 4 de Março, a França e a Grã-Bretanha, tinham acordado em Dunquerque um tratado de Aliança e Assistência Mútua, resultante do declínio do Império Britânico e da queda da hegemonia mundial da Europa, após a II Grande Guerra.

Após o golpe de Praga, ao surgir uma tomada de consciência da ameaça à paz europeia e mundial, representada pela União Soviética, o Tratado de Dunquerque foi estendido aos países do Benelux. Cerca de dois meses depois, teve início o bloqueio de Berlim e, em Setembro, surge uma organização conhecida pelo nome de União Ocidental, ou Organização do Tratado de Bruxelas.

O equilíbrio entre o poder militar daqueles países e o da União Soviética só poderia ser atingido com a entrada de uma grande potência aliada, os Estados Unidos, pelo que se iniciaram as necessárias negociações para a formação de uma aliança, que culminaram no Tratado de Washington assinado a 12 de Abril de 1949, formando-se assim a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), tendo a este aderido para além dos países da Organização de Defesa da União Ocidental e os EUA, o Canadá, a Dinamarca, a Islândia, a Noruega e Portugal.

A necessidade de integração da Alemanha Federal na estrutura de defesa europeia (as alianças também possuem um papel de controlo) conduziu à criação da Comunidade Europeia de Defesa, que o Parlamento francês não ratificou, pelo se optou pelo reforço do tratado de Bruxelas, sendo criada nos acordos de Paris em 23 de Outubro de 1954, a União da Europa Ocidental (UEO). Esta organização, composta pelos cinco países da Europa Ocidental, a Itália e a Alemanha Federal, entrou em vigor em 6 de Maio de 1955. Até 1984, e no decurso da Guerra Fria, a actividade da UEO foi sempre caracterizada por uma acção muito discreta ou mesmo quase nula, face aos papéis relevantes da NATO no que respeita às competências militares, da Comunidade

ANEXO D – Organizações com Responsabilidade na Segurança da Europa

Económica Europeia na área económica e do Conselho da Europa no que concerne às competências sociais e culturais.

Como principais actividades durante estas três décadas, referem-se as desenvolvidas na integração da Alemanha Federal na NATO, no controlo de armamentos (permitiu restabelecer a confiança entre os países da Europa Ocidental), na resolução dos problemas do Sarre e a ligação entre a Grã-Bretanha e a CEE, até à sua integração.

Após o período referido, factores de vária ordem provocaram o renascer do debate em torno da segurança europeia, ganhando forma a necessidade de existência de um pilar europeu da Aliança. Assumem particular importância, de entre outras:

- As dificuldades impostas pela oposição da Dinamarca, Grécia e Irlanda a uma formulação por parte da Comunidade Europeia de uma política de segurança comum;
- A “iniciativa de defesa estratégica” lançada, sem o conhecimento dos europeus, pelos EUA em 1983;
- A questão dos euromísseis, que transmitiu a ideia de que os laços transatlânticos estavam a diluir-se.

(2) O Tratado de Roma

Nos dias 26 e 27 de Outubro de 1984, por iniciativa dos governos francês e belga, teve lugar em Roma um encontro dos ministros da defesa, que produziu a “Declaração de Roma” que relançou a UEO, com dois objectivos:

- Definição de uma identidade de segurança europeia;
- Harmonização gradual da política de defesa dos estados membros.

Desta reunião decorreram ainda outras decisões e referências, nomeadamente:

- Encontro bianual dos ministros da defesa e dos negócios estrangeiros;
- A execução de consulta mútua em questões de defesa;
- Controlo de armamento e desarmamento;
- estudo dos efeitos do desenvolvimento das relações Este - Oeste na segurança europeia;
- A contribuição europeia para o reforço da Aliança Atlântica, tendo em mente os desenvolvimentos do problema do “Burden Sharing”.
- desenvolvimento de uma cooperação europeia no campo dos armamentos;

ANEXO D – Organizações com Responsabilidade na Segurança da Europa

- A referência (pela primeira vez) de que os estados membros passariam a debruçar-se sobre crises que ocorram noutras regiões do mundo, se estas afectarem os seus interesses.

As negociações entre os EUA e a URSS, sobre a retirada de armas nucleares de alcance intermédio, reforçam a ideia de uma discussão mais pormenorizada sobre a segurança europeia. Após um estudo e respectivo relatório¹, elaborados por um grupo de trabalho especial do Conselho da UEO, teve lugar em Haia, em 27 de Outubro, uma reunião do Conselho de Ministros da UEO, da qual resultou uma plataforma sobre os interesses de segurança da União Europeia, que marcou a primeira fase de relançamento. No preâmbulo desta plataforma, são descritas as linhas gerais do programa de trabalhos futuros da organização, ressaltando os dois motivos da reactivação da UEO:

- Facultar uma dimensão de segurança à integração europeia;
- Reforçar a solidariedade da Aliança².

Ainda em Haia foi decidido encetar negociações com Portugal e Espanha, por forma a permitir o seu acesso ao acordo “modificado” de Bruxelas. A sua integração ocorreu em 27 de Março de 1990 passando a ser de nove o número de membros da UEO. A Turquia e a Grécia expressaram a sua vontade de adesão em 1988.

A crise originada pela Guerra Irão-Iraque nos anos de 1987 e 1988 desencadeou a primeira intervenção da UEO. Os perigos decorrentes das operações de minagem do Golfo Pérsico, que colocavam em risco a livre circulação marítima em águas internacionais, conduziu à decisão do envio de forças navais para aquela área. Foi o primeiro exemplo de coordenação europeia no âmbito do Acordo de Bruxelas Modificado.

Durante a Guerra do Golfo, de novo a UEO tomou a seu cargo a coordenação da presença militar dos seus países membros, após decisões tomadas num encontro interministerial.

¹ Este relatório reportava-se às condições e critérios de segurança da Europa, às responsabilidades específicas dos europeus em relação à defesa, no quadro da Aliança Atlântica e do seu papel na promoção do diálogo com os países do pacto de Varsóvia, especialmente no que dizia respeito ao controlo de armamentos.

² “*Relembra-se o nosso compromisso de construção de uma união europeia, de acordo com o Acto Único Europeu, que todos assinamos como membros da Comunidade Europeia. Estamos convencidos que a construção de uma Europa integrada permanecerá incompleta enquanto não forem incluídas a segurança e a defesa*”- Preâmbulo da Plataforma de Haia, parágrafo 2.

ANEXO D – Organizações com Responsabilidade na Segurança da Europa

As acções e procedimentos utilizados foram de novo usados no conflito da Ex-Jugoslávia, através de operações de fiscalização e embargo no Adriático e do estabelecimento do conceito de operações combinadas entre a UEO e a NATO.

(3) O Tratado de Maastricht

Na Declaração de Maastricht, os chefes de Estado e de Governo das Comunidades Europeias, em Dezembro de 1991, afirmaram que a UEO seria desenvolvida como componente de defesa da União Europeia e como pilar europeu da Aliança Atlântica; a UEO formularia a política de defesa europeia e prosseguiria a sua implementação através do desenvolvimento do seu papel operacional; a UEO promoveria uma actividade concertada dos seus membros no âmbito da OTAN³.

Com a assinatura do Tratado de Maastricht, a UEO tornou-se parte integrante do desenvolvimento da União Europeia. Neste Tratado através do seu artigo J do título V, Política Externa e de Segurança Comum (PESC), se refere que esta é extensiva a todos os domínios da política externa e de segurança tendo como objectivos (entre outros):

- A salvaguarda dos valores comuns, dos interesses fundamentais e da independência da União;
- O reforço da segurança da União e dos seus Estados membros;
- A manutenção da paz e o reforço da segurança internacional.

O mesmo artigo comete à UEO o planeamento e execução das decisões e acções da União Europeia (UE) no que concerne à defesa.

Da reunião de Ministros da Defesa e dos Negócios Estrangeiros da UEO, realizada em 19 de Junho de 1992 em Bona, saiu a Declaração de Petersberg na qual se inscreve a cooperação com a então Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) e a ONU na prevenção de conflitos e nos esforços de manutenção de paz; o apoio à manutenção do elo transatlântico; e o implemento da promoção da UEO como componente da defesa da União Europeia⁴.

O “novo” papel que a UEO adquiriu em Maastricht, como componente de defesa da UE e como meio de reforço do pilar europeu da OTAN, veio ao encontro daqueles que perfilhando teses europeístas, defendiam que a construção da segurança e defesa da Europa passava pela reactivação da União Europeia Ocidental. Tornou-se assim necessário recriar uma estrutura de comandos e de forças numa altura em que os Estados-Membros, tinham como política a redução do armamento e dos efectivos das

³ Brandão Ferreira, “ A União Europeia Ocidental (UEO) Dos Primórdios à Actualidade – I Parte”.

ANEXO D – Organizações com Responsabilidade na Segurança da Europa

suas Forças Armadas. Por essa razão, não se tornou oportuno repartir os recursos militares entre a OTAN e a UEO, pelo que a solução naquele momento consistiu em colocar as forças existentes à disposição de ambas as organizações.

Os vectores da evolução da Organização passam então pelo alargamento (Grécia em 1992), membros associados (Islândia, Noruega, Turquia); observadores (Dinamarca, Irlanda, Áustria, Finlândia, Suécia) e parceiros associados (países de Leste, membros da Parceria para a Paz- OTAN); pelo fortalecimento das relações com outras Organizações (OTAN, EU e OSCE); pelo desenvolvimento do papel operacional através da criação de uma célula de planeamento; pela institucionalização das reuniões dos CEMGFA; pela designação de Unidades (FAWEU)⁵, pelo estabelecimento de um critério de interpretação de dados de satélite e a cooperação a nível político-militar com a OTAN.

No Conselho de Ministros de Maio de 1997 em Paris, e através da sua declaração final ficou expresso que a UEO estava pronta a assumir o seu papel no âmbito da Arquitectura de Segurança Europeia e a assumir as suas responsabilidades nomeadamente no âmbito de gestão de crises e nas chamadas missões de Petersberg; que a UEO procurará reforçar a sua cooperação com a União Europeia e assumir a componente de defesa da União; que a UEO procurará reforçar a sua cooperação com a Aliança Atlântica, estabelecendo uma “parceria transatlântica sólida condição fundamental para a estabilidade e segurança da Europa”⁶; que a UEO está pronta a assumir responsabilidades operacionais; o reforço da cooperação em matéria de armamento nomeadamente a possibilidade de uma parceria europeia para a indústria de armamento; o aprofundamento de relações com países terceiros com interesse na segurança europeia, nomeadamente Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, países do Mediterrâneo e outras organizações como a OSCE.

Em 15 de Julho de 1999, na sequência da Cimeira de Colónia, foi conduzido um “seminário de reflexão informal sobre o futuro da UEO”⁷, de onde se extraiu que os Estados-Membros da UE, os Estados aliados e os Estados-Membros da UEO consideravam necessário um desenvolvimento célere e concreto da PECSD e que a UEO deveria continuar o seu desenvolvimento operacional.

No mesmo seminário foi considerado como opinião comum de que a transferência de funções da UEO para a EU não deveria ser realizada de forma automática.

⁴ Brandão Ferreira, idem, pp 17.

⁵ Anexo C Forças Multinacionais Europeias

⁶ Declaração de Paris, IV. 11.

⁷ Informação Nº 746/DGPDN de 27 Set99 – classificação: RESERVADO

ANEXO D – Organizações com Responsabilidade na Segurança da Europa

No entanto o conceito de integração da UEO na UE, emergente da Cimeira de Colónia, tem vindo a ser posto de parte, dando lugar à intensão de criação de órgãos e procedimentos próprios da EU, aproveitando parcialmente o Know how da UEO⁸.

OTAN

A OTAN desempenhou um papel fundamental no período da Guerra Fria relativamente à segurança na Europa. A estratégia da OTAN foi essencial para a manutenção desta paz. Estratégia essa que foi sendo sucessivamente adaptada, sofrendo algumas alterações. Nesta linha de orientação, a Cimeira da OTAN de 10/11 de Janeiro de 1994 cria a Parceria para a Paz, conceito operativo tendente à criação de uma associação extensível a todos os antigos países do Pacto de Varsóvia e aos estados da Europa Ocidental que não pertencessem à Aliança. Este conceito introduziu um clima de confiança nas relações com neutros e com ex-inimigos que tem vindo progressivamente a ser reforçado, materializando-se tal reforço, na operação militar da Bósnia, em exercícios militares, em cooperação em matéria de armamentos, planeamento civil de emergência.

Uma outra iniciativa consolidada na Cimeira de Bruxelas de Janeiro de 1994, foi o conceito de CJTF como base para adaptação da OTAN à nova conjuntura de segurança na área euro-atlântica, tendo em vista desenvolver capacidades necessárias para a realização de missões não incluídas no âmbito do art. 5º do Tratado de Washington. Desde então tal conceito tem sido objecto de debates nos meios políticos e militares quer da OTAN, quer da UEO. Têm sido conseguidos bastantes progressos, encontrando-se actualmente nas CJTF um meio de melhorar a capacidade conferida à Aliança para, com um pequeno prévio aviso, movimentar forças adequadas a responder a operações de prevenção de conflitos, gestão de crises e humanitárias, mas também de defesa colectiva. A enorme variedade e possibilidades de emprego, assim como as circunstâncias em que poderão ser usadas estas forças levantam desde logo a questão do comando e controlo, desempenhando os QG (Quartéis-Generais) um papel crucial

Com base nas reduções e na reestruturação das forças militares e da nova estrutura de comando da OTAN, ocorridas nos últimos anos, esta adaptação interna, permitirá à Aliança enfrentar toda a gama de desafios, ou seja permite desempenhar os papeis e missões, alcançando três objectivos fundamentais: assegurar a eficácia militar da Aliança, preservar o elo transatlântico e desenvolver a IESD.

⁸ Embaixador Fernando Guimarães – Conferência ao CEM 99/01, IAEM.

ANEXO D – Organizações com Responsabilidade na Segurança da Europa

A aprovação do novo conceito estratégico da NATO, a institucionalização do Conselho para a Parceria Euro-Atlântica (CPEA) no desenvolvimento do programa Parceria para a Paz (PpP), a assinatura do Acto Fundador com a Rússia, a criação de uma parceria específica com a Ucrânia, a criação de um Conselho para a Cooperação Mediterrânica dentro da OTAN, a vontade de colaborar na construção de uma IESD no seio da Aliança, mas autónoma, são passos firmes e bem visíveis que em muito têm contribuído para um aumento da transparência no domínio político-militar e para a construção de um ambiente generalizado de maior confiança e respeito mútuo.

União Europeia (UE)

A UE, é uma organização formada por diversos estados membros que decidiram cooperar em diversas áreas, que vão desde o mercado único até à política externa, passando pelo reconhecimento mútuo dos graus académicos e troca de registos criminais. Estas diversas formas de cooperação, oficialmente referidas como os três pilares, são:

- As Comunidades Europeias (supranacional)
- A Política Externa de Segurança Comum (Intergovernamental)
- A cooperação nos campos da Justiça e Assuntos Internos (Intergovernamental)

A UE, como organização “chapéu-de-chuva”, viu o seu nascimento acontecer em Novembro de 1993, após a ratificação do Tratado de Maastricht. As organizações que lhe deram origem, foram criadas ou organizadas como abaixo de indica:

1952-É criada a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), tal como tinha ficado definido pelo Tratado de Paris em 1951 assinado pela República Federal da Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos.

1954-O Tratado da Comunidade Europeia de Defesa (CED), assinado em Paris em 1952 e ratificado por todos os membros da CECA, foi vetado pela Assembleia Francesa por uma maioria formada por radicais da extrema-direita e extrema-esquerda. Este tratado representava um passo em direcção a uma Europa federal e supranacional e preconizava um exército europeu, um orçamento e instituições comuns, dirigidos por uma Assembleia Comum eleita por sufrágio directo. Esta

ANEXO D – Organizações com Responsabilidade na Segurança da Europa

Assembleia tinha ainda a missão de estudar as formas de criação duma organização federal com uma clara separação de poderes, com um parlamento a duas câmaras. O veto francês, significou ainda o fim do que seria uma Comunidade Política, aprovada pela Assembleia da CECA em 10 de Março de 1953.

1958-Criação da Comunidade Económica Europeia (CEE) e da Comunidade Europeia da Energia Atómica (Euroatom), pelos mesmos estados da CECA, tal como tinham sido estabelecidas pelos Tratados de Roma de 1957.

1967-A CECA, a CEE e a Euroatom, foram fundidas numa única Comissão Europeia que substituiu a Alta Autoridade da CECA, a Comissão da CEE e a Comissão da Euroatom. Um único Parlamento Europeu (embora ainda hoje seja oficialmente chamado de Assembleia Parlamentar Europeia) substituiu as três Assembleias das Comunidades, embora os membros participantes nas diversas Assembleias tenham sido sempre os mesmos.

1979-Pela primeira vez, os membros do Parlamento Europeu foram eleitos directamente pelos eleitores de todos os estados membros.

1987-O Acto Único Europeu dá origem ao Mercado Único Europeu.

1993-A União Europeia é criada pelo Tratado de Maastricht. Criou explicitamente uma estrutura com três pilares, com uma nova PESC que substituiu o Acto Único e regulamentou a cooperação nos campos da Justiça e Assuntos Internos. Criou as bases para a União Monetária a partir do fim do século e alterou a denominação de CEE para UE .

1996-A Conferência Intergovernamental (CIG) teve lugar em Turim em 29 de Março para decidir as alterações aos Tratados

1997-O tratado de Amesterdão lança as bases para um novo alargamento da UE.

ANEXO D – Organizações com Responsabilidade na Segurança da Europa

A UE é formada por quinze estados. A formação original de seis, foi alargando da seguinte forma:

1952 (membros originais da CECA)	Bélgica (BE) Alemanha (DE); os cinco estados da República Democrática da Alemanha juntaram-se em 1991 França (FR) Itália (IT) Luxemburgo (LU) Holanda (NL)
1973 (primeiro alargamento)	Dinamarca (DK) República da Irlanda (IR) Grã-Bretanha (GB) A Noruega rejeitou a adesão
1981 (segundo alargamento)	Grécia
1986 (terceiro alargamento)	Portugal (PT) Espanha (ES)
1995 (quarto alargamento)	Áustria (AT) Finlândia (FI) Suécia (SE) A Noruega rejeitou novamente a adesão

Os Estados que estão a ser considerados para o quinto alargamento, são os seguintes:

ANEXO D – Organizações com Responsabilidade na Segurança da Europa

Bulgária (BL)	Lituânia (LT)
Chipre (CY)	Malta (MT)
República Checa (CZ)	Polónia (PL)
Estónia (EE)	Roménia (RU)
Hungria (HU)	Eslováquia (SK)
Letónia (LV)	Eslovénia (SL)

Como preparação, todos os doze estados candidatos são convidados a assistir a um Conselho Europeu todos os anos, embora tenha ficado claro que isto não significa que todos os estados sejam convidados a aderir à UE.

A Turquia e Marrocos solicitaram a sua adesão mas as suas candidaturas foram rejeitadas. Em 1996 a Turquia assinou finalmente, um mais do que desejado, tratado de barreiras alfandegárias com a UE

Do que ficou exposto podemos concluir que a arquitectura de segurança e defesa da Europa é algo complexa. Com efeito resulta basicamente do papel de quatro organizações, integrando países cujas ligações às mesmas são diferentes entre si, estando longe de todos estarem integrados em todas elas e de existir uma resposta em uníssono por parte de cada uma.

ANEXO F - Tratado de Amsterdão

1. INTRODUÇÃO

Um dos principais objectivos da Conferência Intergovernamental que culminou com a assinatura do projecto de Tratado de Amsterdão consistia em reformular a política externa e de segurança comum (PESC) , a fim de melhorar o seu funcionamento e de melhor equipar a União a nível internacional.

Esta reforma revelava-se especialmente urgente na sequência do desmembramento da ex-Jugoslávia. A trágica evolução da situação pôs em evidência a necessidade de a União ser capaz de agir e de prevenir, em vez de se limitar unicamente a reagir aos acontecimentos. Por outro lado, a crise jugoslava revelou claramente a fragilidade de uma reacção descoordenada por parte dos Estados-membros.

O Tratado de Amsterdão procura ultrapassar as contradições existentes entre os objectivos comuns, especialmente ambiciosos, da política externa e de segurança comum, e os meios de que a União se dotou para os alcançar, que não se afiguram à altura das expectativas e dos desafios em causa.

2. HISTORIAL

O Tratado de Amsterdão, concluído politicamente a 17 de Junho e assinado a 2 de Outubro de 1997, é o culminar de dois anos de estudos e negociações no âmbito de uma Conferência dos representantes dos governos dos Estados-membros. O Tratado entrou em vigor após ter sido ratificado pelos quinze Estados-membros da União Europeia, segundo as respectivas regras constitucionais.

O Tratado da União Europeia previa explicitamente a convocação da Conferência Intergovernamental (antigo artigo N), tendo em vista a revisão de algumas das suas disposições. Durante o primeiro semestre de 1995, cada instituição elaborou um relatório sobre o funcionamento do Tratado da União Europeia. O segundo semestre foi então dedicado a uma análise, em profundidade, das opções possíveis, por parte de um "Grupo de reflexão", presidido pelo Secretário de Estado espanhol para os Assuntos Europeus, Carlos Westendorp. O relatório desse grupo foi apresentado ao Conselho Europeu de Madrid, em Dezembro de 1995.

Após a consulta da Comissão e do Parlamento Europeu, cujos pareceres constituem uma condição prévia para o lançamento de uma Conferência Intergovernamental, o Conselho Europeu de Turim pôde dar início, formalmente, às negociações a 29 de Março de 1996, com objectivos ambiciosos centrados na Europa dos cidadãos, no papel da União Europeia na cena internacional, na melhoria do funcionamento das instituições e na perspectiva do alargamento.

Sucessivamente, os Conselhos Europeus de Florença (21-22 de Junho de 1996), de Dublin I (5 de Outubro de 1996) e de Dublin II (13-14 de Dezembro de 1996), assim como o Conselho informal de Noordwijk (23 de Maio de 1997), examinaram e negociaram as diferentes propostas. Só passados quinze meses de trabalho foi possível estabelecer um consenso em torno do Tratado de Amsterdão.

3. OBJECTIVOS DO TRATADO DE AMSTERDÃO

O objectivo dos trabalhos era claro. Tratava-se de criar as condições políticas e institucionais necessárias para permitir à União Europeia enfrentar os desafios do futuro, face, entre outras circunstâncias, à rápida evolução da situação internacional, à globalização da economia e suas repercussões no emprego, na luta contra o terrorismo, na criminalidade internacional e no tráfico de droga, nos desequilíbrios ecológicos e nas ameaças para a saúde pública.

O mandato da Conferência Intergovernamental estava, em parte, definido pelos próprios Tratados, mas o Conselho Europeu acrescentou algumas questões concretas relacionadas com o funcionamento das instituições, tais como a composição da Comissão e a ponderação dos votos no Conselho. Além disso, durante as negociações, a ordem de trabalhos foi enriquecida com outros temas suscitados pelas Instituições comunitárias ou pelos Estados-membros.

4. ESTRUTURA DO TRATADO

O Tratado de Amsterdão é constituído por três partes, por um anexo e treze protocolos. Paralelamente, a Conferência Intergovernamental adoptou cinquenta e uma declarações que foram anexadas à sua acta final, e teve também em consideração oito declarações, apresentadas por diversos Estados-membros, que foram igualmente anexadas à acta final.

A primeira parte contém as alterações de fundo, que são os cinco artigos seguintes:

- artigo 1º, que contempla as modificações introduzidas no Tratado da União Europeia;
- artigo 2º, que contempla as modificações do Tratado que institui a Comunidade Europeia;
- artigo 3º, que contempla as modificações do Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço;
- artigo 4º, que contempla as modificações do Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica;
- artigo 5º, que contempla as modificações introduzidas no acto anexo à Decisão do Conselho, de 20 de Setembro de 1976, respeitante à eleição dos representantes ao Parlamento Europeu por sufrágio universal directo.

A segunda parte do Tratado abrange os artigos 6º a 11º e diz respeito à simplificação dos Tratados que instituem as três Comunidades Europeias, incluindo os anexos e os protocolos, no sentido da supressão das disposições que tenham caducado e da consequente adaptação do texto de certas disposições (artigos 6º, 7º e 8º). Nela se prevê também a revogação da Convenção de 25 de Março de 1957, relativa a certas instituições comuns às Comunidades Europeias, e do Tratado de Fusão, de 8 de Abril de 1965 (artigo 9º). Contudo, ela determina que este esforço de simplificação não afecta o efeito jurídico dos ditos textos ou dos actos em vigor adoptados com base nos mesmos (artigo 10º). Por outro lado, é claramente estipulado que o Tribunal tem plenas competências na interpretação das disposições desta parte do Tratado (artigo 11º).

A terceira parte inclui os artigos 12º a 15º que constituem as disposições gerais e finais do Tratado. Essas disposições referem-se à nova numeração das disposições do Tratado da União Europeia e do Tratado que institui a Comunidade Europeia (artigo 12º), à conclusão do Tratado por um período ilimitado (artigo 13º), à ratificação e entrada em vigor (artigo 14º), assim como à lista das versões linguísticas (artigo 15º).

O anexo ao Tratado de Amsterdão contém os quadros de equivalência relativos à nova numeração das disposições do Tratado da União Europeia e do Tratado que institui a Comunidade Europeia

5. PROGRESSOS INTRODUZIDOS PELO TRATADO DE AMSTERDÃO

Antes de mais, foi reforçado o carácter operacional da PESC, através da introdução de instrumentos mais coerentes e de um processo de tomada de decisões mais eficaz. Passou a ser possível adoptar medidas através de uma votação por maioria qualificada, devido à dupla segurança representada pela abstenção construtiva e pela possibilidade de remeter uma decisão para o Conselho Europeu em caso de veto excepcional de um Estado-membro. A Comissão, por sua vez, está mais envolvida nas tarefas de representação e de execução relacionadas com a PESC.

a. A estratégia comum

O Tratado de Amsterdão introduz um novo instrumento de política externa, que vem juntar-se à acção comum e à posição comum: a estratégia comum .

O Conselho Europeu, que é o órgão que define os princípios e as orientações gerais da PESC, define, por consenso, estratégias comuns nos domínios em que os Estados-membros possuam importantes interesses em comum. As estratégias comuns especificam os seus objectivos, a sua duração e os meios facultados pela União e pelos Estados-membros.

A execução das estratégias comuns, através de acções e de posições comuns , incumbe ao Conselho, por maioria qualificada, que pode igualmente recomendar estratégias comuns ao Conselho Europeu.

b. Tomada de decisões

A regra geral mantém-se: as decisões relativas à PESC são sempre adoptadas por unanimidade. No entanto, os Estados-membros têm a possibilidade de recorrer à abstenção construtiva, o que significa que a abstenção de um Estado-membro não impede a adopção de uma decisão. Além disso, caso o Estado-membro em questão faça acompanhar a sua abstenção de uma declaração formal, não é obrigado a aplicar a decisão, devendo, contudo, aceitar, num espírito de solidariedade mútua, que a mesma vincula a União. Por conseguinte, o Estado-membro em causa deve abster-se de qualquer acção susceptível de colidir com a acção da União ao abrigo da referida decisão.

Convém, todavia, referir que o mecanismo da declaração formal que acompanha a abstenção não é aplicável se os Estados-membros que decidam recorrer a este processo representarem mais de 1/3 dos votos ponderados do Conselho.

O Título V alterado do Tratado da União Europeia prevê, todavia, o recurso à maioria qualificada em dois casos:

- para a adopção de decisões de aplicação de uma estratégia comum definida pelo Conselho Europeu;
- para qualquer decisão que dê execução a uma acção comum ou a uma posição comum previamente adoptada pelo Conselho.

No contexto das decisões adoptadas por maioria qualificada, os Estados-membros dispõem de uma cláusula de salvaguarda que lhes permite impedir o recurso a uma votação se justificarem o bloqueio por razões de política nacional importantes. Perante uma situação deste tipo, e após o Estado-membro ter exposto os seus motivos, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode solicitar que a questão seja submetida ao Conselho Europeu, para que seja tomada uma decisão por unanimidade pelos Chefes de Estado e de Governo.

c. O Alto Representante para a PESC

O novo artigo 26º (antigo artigo J.16) do Tratado da União Europeia prevê a criação de uma nova função que deverá contribuir para uma maior visibilidade e coerência da PESC.

Efectivamente, o Secretário-Geral do Conselho passa a exercer as funções de Alto Representante para a PESC . Nessa qualidade, assiste o Conselho nas questões do âmbito da política externa e de segurança comum, contribuindo nomeadamente para a formulação, elaboração e execução das decisões políticas. A pedido da Presidência, actua em nome do Conselho, conduzindo o diálogo político com terceiros.

Esta nova função implica uma reorganização das tarefas no âmbito do Conselho, passando a gestão administrativa do Secretariado-Geral a incumbir ao Secretário-Geral Adjunto. Em contrapartida, não impede o Conselho de nomear, sempre que considere necessário, um representante especial ao qual pode ser conferido um mandato abrangendo questões políticas específicas, a exemplo do que já aconteceu na ex-Jugoslávia.

A nível logístico, o Alto Representante beneficia do apoio de uma unidade de planeamento da política e de alerta rápido criada no Secretariado-Geral do Conselho e colocada sob a sua responsabilidade.

d. A unidade de planeamento da política e de alerta rápido

A coerência da política externa e de segurança comum depende da reacção dos Estados-membros face aos desenvolvimentos internacionais. Efectivamente, os ensinamentos do passado demonstram que uma reacção descoordenada contribui para enfraquecer a posição da União Europeia e dos seus Estados-membros a nível internacional. Paralelamente, uma análise conjunta dos desafios internacionais e das suas implicações, bem como um inventário comum das informações, deverão contribuir para uma reacção eficaz da União face aos acontecimentos internacionais.

Nesta perspectiva, numa Declaração anexa ao Tratado de Amsterdão, a Conferência acordou na criação de uma Unidade de Planeamento de Política e de Alerta Precoce no Secretariado-Geral do Conselho, sob a autoridade do Alto Representante para a PESC. Constituída por especialistas provenientes do Secretariado-Geral do Conselho, dos Estados-membros, da Comissão e da União da Europa Ocidental (UEO), as suas atribuições incluem, nomeadamente:

- acompanhar e analisar a evolução da situação nos domínios abrangidos pela PESC;
- avaliar os interesses da União em matéria de política externa e de segurança e inventariar os domínios sobre os quais a PESC poderá incidir no futuro;
- identificar atempadamente acontecimentos, potenciais crises políticas ou situações que possam ter implicações significativas na política externa e de segurança da União;
- elaborar, sob a responsabilidade da Presidência, a pedido do Conselho ou da Presidência ou por iniciativa própria, documentos que apresentem, de forma fundamentada, opções no que respeita à política a seguir pelo Conselho.

e. As "missões de Petersberg", a segurança e a União da Europa Ocidental

As "missões de Petersberg" foram integradas no Título V do Tratado da União Europeia. Esta medida representa um importante passo em frente numa época em que a ameaça de conflitos em grande escala diminuiu nitidamente (em relação ao período de guerra fria), mas em que se assiste a uma recrudescência de conflitos locais que

representam verdadeiras ameaças à segurança europeia (o conflito na ex-Jugoslávia, por exemplo). Neste contexto, as "missões de Petersberg" constituem certamente uma resposta adequada da União, traduzindo a vontade comum dos Estados-membros de assegurar a segurança na Europa através de operações tais como missões humanitárias ou de restabelecimento da paz.

A nível da segurança, o novo artigo 17º (antigo artigo J.7) do Tratado da União Europeia abre igualmente duas perspectivas, ainda que longínquas:

- uma defesa comum;
- a integração da União da Europa Ocidental (UEO) na União Europeia.

Concretamente, o novo texto prevê que a PESC abranja todas as questões relacionadas com a segurança da União, incluindo a definição gradual de uma política de defesa comum que poderá conduzir a uma defesa comum se o Conselho Europeu adoptar uma decisão nesse sentido. Uma fórmula similar contempla a aproximação UE-UEO, prevendo que a União incentive o estabelecimento de relações institucionais mais estreitas entre as duas organizações na perspectiva da eventual integração da UEO na União, se o Conselho Europeu adoptar uma decisão nesse sentido.

f. Financiamento das despesas operacionais relacionadas com a PESC

O Tratado da União Europeia previa que as despesas operacionais decorrentes da PESC ficassem a cargo, quer do orçamento comunitário, quer dos Estados-membros, segundo uma chave de repartição a determinar. Este procedimento "caso a caso" suscitou diversas críticas, nomeadamente da Comissão, no que se refere ao seu carácter complexo e ineficaz.

O Tratado de Amsterdão corrige esta situação, colocando as despesas operacionais da PESC a cargo do orçamento das Comunidades Europeias, com excepção das despesas operacionais relativas às acções que tenham implicações no domínio militar ou da defesa e nos casos em que o Conselho, deliberando por unanimidade, decida em contrário. Neste último caso, está igualmente previsto que um Estado-membro que tenha feito uma declaração formal na sequência de uma abstenção não seja obrigado a contribuir para o financiamento da operação em causa.

Sempre que as despesas fiquem a cargo dos Estados-membros, a repartição faz-se segundo uma chave baseada no Produto Nacional Bruto, salvo decisão em contrário do Conselho.

ANEXO H – Evolução do Conceito Estratégico de Defesa Nacional

No ano de 1096, o Conde D. Henrique e D. Teresa vão construir aquilo que são os primórdios do Condado Portucalense. Da sua união nasce D. Afonso Henriques e nesta altura, aparece o núcleo geo-histórico de Portugal que é o Condado Portucalense.

Os objectivos políticos de 1096 até ao Tratado de Alcanices, que define as fronteiras portuguesas no ano de 1297, são:

- Objectivo fundamental, conquistar terreno para Sul;
- Conter Leão e Castela a Norte e a Este, para que não venha a conquistar território;
- Tentativa de D. Afonso Henriques perante o Papa, em obter reconhecimento da soberania;
- Estabelecer uma fronteira defensável, em virtude de não ser fácil determinar geograficamente o território Nacional;
- Desenvolver a capacidade no mar depois de ter estabilizado o território, que acontece durante o reinado de D. Dinís.

Foi preocupação, a partir de D. Afonso II, Sancho II e um pouco Sancho III, a preocupação da segurança marítima das nossas costas, devido as actos de pirataria que eram praticados ao longo da mesma. Essa preocupação marítima originou ter uma Marinha.

A batalha de S. Mamede, foi acima de tudo uma luta entre o Condado Portucalense autónomo e a Galiza, não é ainda um acto de independência com Leão e Castela. Mas apenas, garantir que o Condado Portucalense é diferente da Galiza. Sendo este o primeiro passo para a nacionalidade, é a partir desta batalha que se começa a afirmar o período de D. Henrique. Em 1131, há a primeira decisão estratégica de D. Afonso Henriques, mudar a capital para uma posição central, de Guimarães para Coimbra. A segunda decisão tem a haver com a actividade diplomática com o rei de Leão e Castela, através de uma “pausa estratégica” a paz de Tui em 1137, para conseguir ganhar tempo para conseguir conquistar terreno a Sul.

Em 1143, Portugal fica independente e no ano de 1147 o objectivo estratégico fundamental era conquistar Lisboa. Esta conquista teve a ajuda dos Cruzados, recorrendo-se assim a outra força para auxiliar na conquista.

ANEXO H – Evolução do Conceito Estratégico de Defesa Nacional

Após esta conquista, continua para Sul e em Alcácer do Sal, vê-se na contingência de ter de recuar para Évora. Após a conquista, a grande preocupação estratégica imediata era fortificar.

Assim, o Conceito Estratégico no período de 1096 a 1179, ano em que o Papa e as Nações Unidas reconheceram Portugal como um país independente, era:

- Operações ofensivas a Sul;
- Atitude defensiva nas outras três direcções, foi preciso conter Leão e Castela, houve quatro incursões da Galiza durante esta época;
- Habilidade diplomática, pelos vários pactos que D. Afonso Henriques conseguiu estabelecer;
- Medidas internas de povoamento, que conseguiu através dos condenados, que em vez de irem para a prisão, iam habitar as terras conquistadas.

D. Afonso III, é o rei que consegue estabelecer as fronteiras, em 1270, mas depois é necessário “fazer o país”, que até aí era um amontoado de Vilas e Cidades com alguns princípios de povoamento e de defesa. O grande organizador do espaço conquistado vai ser D. Dinís.

Assim, o Conceito Estratégico de 1179 a 1297 passa por:

- Operações militares ofensivas a Sul;
- Acções militares e diplomáticas a fim de estabelecer uma linha defensável;
- Desenvolver capacidade naval;
- Centralização estatal do território, das ordens militares, da agricultura, elaboram-se directivas no sentido de tirar poder à nobreza feudal e manter a centralização no estado.

Em 1340, em auxílio dos reis de Leão e Castela, Portugal participa na batalha do Saládo, para fazer a afirmação nacional e neste caso fora de fronteiras.

Em 1384, Lisboa é cercada por Leão e Castela na tentativa de descobrir se Portugal consegue resistir, este cerco é levantado ao fim de cinco meses devido à peste. Uma segunda tentativa na batalha de Aljubarrota, cuja derrota nos permitiu manter a independência. Nesta batalha houve um opção estratégica fundamental, que foram as alianças, D. Fernando tinha feito uma aliança com Inglaterra, e ingleses lutaram nesta batalha como mercenários, este acordo foi também devido ao facto da Inglaterra não ter Marinha, e quem estava na defesa do Canal da Mancha eram os navios portugueses, era assim um tratado de mútuo interesse. A paz com Castela foi estabelecida em 1411.

ANEXO H – Evolução do Conceito Estratégico de Defesa Nacional

Os objectivos políticos entre o Tratado de Alcanices até a paz com Castela eram:

- Desenvolver capacidade de defesa naval;
- Consolidar o poder central;
- Promover o desenvolvimento económico do país;

O Conceito Estratégico entre 1297 a 1411 era:

- Acção estratégica defensiva face a Castela;
- Acções ofensivas na Galiza e intervenção militar no exterior;
- Reforçar a defesa e fomentar a economia;
- Fomentar o comércio marítimo e o uso do mar.

No período dos Descobrimentos, começamos por verificar o conceito Estratégico de 1411 a 1542, ano que tem a haver com as opções de D. João III.

- Criar um espaço de afirmação extra peninsular, expandir o território;
- Desenvolver a ciência náutica e o poder marítimo;
- Conduzir uma política de casamentos e acordos dinásticos;
- Efectuar acções diplomáticas junto da Santa Sé, o que era fundamental e assim permitiu a liberdade de expansão devido à expansão da fé.

Como objectivos políticos podem ser definidos:

- Obter e manter o comércio do Norte de África, Guiné e Índia;
- Obter liberdade de acção nos mares;
- Desenvolver o poder marítimo;
- Incrementar as relações diplomáticas.

Marcos importantes neste período. D. João II, desenvolve uma estratégia de reconstrução da Marinha e renovação do Exército, e, uma estratégia de informação, proibindo que fosse divulgado, quais eram as nossas rotas comerciais e o conhecimento da nossa superioridade em armamento.

Estratégicamente conquistou-se Ormuz e Maláca, privilegiou-se o princípio da parceria se possível através da religião e acabou por se ir longe de mais e de facto as terras conquistadas eram muitas e algumas sorvedouras de grandes quantias em dinheiro.

Assim, D. João III, manda libertar Praças de África em detrimento do Império da Ásia que eram as rentáveis. Permitindo reforçar o poder militar marítimo na Ásia, de referir, que na altura tínhamos 5 esquadras 2 no Atlântico e 3 no Índico/Pacífico, e decidiu começar o sistema de ocupação do Brasil.

ANEXO H – Evolução do Conceito Estratégico de Defesa Nacional

Os objectivos políticos de D. João II eram:

- Reforçar a presença na Índia;
- Defender as rotas comerciais;
- Ocupar sistematicamente o Brasil;
- Manter liberdade de acção nos mares;
- Conseguir coligações regionais favoráveis;
- Orientar o esforço económico para o Atlântico;
- Fortalecer o potencial militar do reino.

Em termos de opções estratégicas, estas são idênticas:

- Acções diplomáticas com a Índia;
- Reduzir o dispositivo em Marrocos;
- Incrementar posição no Brasil.

Segue-se a queda e a decadência do Império, devendo-se principalmente aos seguintes motivos:

1. Casamento de D. Manuel com Catarina de Espanha, cujo elevado dote que trazia impunha a Inquisição em Portugal, onde até aí não existia. Portugal estava a abrigar os Cristãos Gôdos fugidos de França, Espanha e Itália, que eram os responsáveis por grande parte do nosso comércio e parte da nossa cartografia, e ao mesmo tempo tinham ligações aos Genoveses que eram os grandes conhecedores do armamento, e, no ano de 1506 tiveram que fugir. Portugal perdeu esta mão-de-obra muito qualificada que acabaram por ir para a Holanda, que com o conhecimento destes homens acabaram por lipiar o nosso Império.
2. Dificuldades em “alimentar” as 5 esquadras, pela exigência de construção de navios novos.
3. Os Jesuítas ao propagarem a fé no império, por vezes não defendiam os mesmos interesses do rei, visto serem de várias nacionalidades, no caso do Japão acabamos mesmo por ser expulsos pelos Jesuítas.
4. A decisão do Papa de impor o “mar libero”, ou seja este deixou de ser exclusivo nosso, na segunda metade do século XVI
5. Abandono das Praças do Norte de África, só ficou Ceuta, Tânger e Masagão criando assim um clima de desilusão na alma lusa.

ANEXO H – Evolução do Conceito Estratégico de Defesa Nacional

D. Sebastião a sua opção estratégica era recuperar as Praças perdidas em África, organizando-se assim muito bem para esta campanha, e assim os objectivos políticos no período de 1568 a 1580 eram:

- Implementar o império em Marrocos;
- Reavivar influências diplomáticas junto da Santa Sé;
- Fortalecer o potencial militar no reino;
- Melhorar a economia.

Como Conceito Estratégico neste período podemos definir como:

- Acções de conquista em África;
- Acções diplomáticas;
- Aumentar a área de expansão económica, melhores equilíbrios regionais e reforço da área religiosa.

D. Sebastião resolve actuar em África com 25000 homens dos quais 5000 mercenários, no Reino a coesão nacional está minada, o Exército encontra-se bastante reduzido e a Marinha distribuída pelo resto do império, e D. Filipe II de Espanha vence a batalha de Alcantara sem dificuldades e o Império cai em 1580.

O período da restauração deu-se em 4 fases, Portugal na altura era considerado mau parceiro e todos preferiam ternos como inimigo. Assim, foi necessário uma grande acção diplomática, conseguindo-se o apoio dos franceses e ingleses mas pagando esse apoio com terras do Império.

Os objectivos políticos entre 1640 e 1777 são os seguintes:

- Obter reconhecimento por parte de Espanha;
- Obter apoios internacionais;
- Organizar o dispositivo militar;
- manter as rotas comerciais do Brasil.

Após a guerra da Restauração e devido à descoberta do ouro e diamantes do Brasil permite fortalecer Portugal e organizar a Marinha e o Exército.

O Conceito Estratégico do período de 1640 a 1777 era o seguinte:

- Acções ofensivas contra Espanha para reconstruir o Império;
- Acções ofensivas em África;
- Exploração do Brasil;
- Obter o apoio inglês;

ANEXO H – Evolução do Conceito Estratégico de Defesa Nacional

- Potenciar o potencial militar para o Brasil, alterando a prioridade da Ásia para o Brasil.

Como objectivos políticos deste período:

- Manter prioridade de ligação à Inglaterra;
- Prioridade à exploração económica do Brasil;
- Obter apoio da potência marítima em caso de invasão.

Em 1801, Manuel Godoy tenta a invasão de Portugal, a chamada guerra das Laranjas, Portugal afirma-se como tendo dinheiro sendo a paz paga em dinheiro e com o auxilio dos ingleses, conseguimos recuperar as fronteiras menos Olivença.

A França com Napoleão e a Espanha lançaram-se na conquista de Portugal naquilo que chamaram partilha de Portugal, o rei de Portugal D. João VI decide transferir o centro da soberania portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro.

Em 1851, Portugal era um país atrasado e dependente de Espanha, o Conceito Estratégico é tentar subsistir, sobreviver e afirmar-se. A nossa recuperação começou a ser difícil, no entanto conseguiu-se essa recuperação até 1890, neste altura desenvolve-se o programa do “mapa cor-de-rosa”, que referia que os territórios conquistados só eram soberania se fossem explorados. Na tentativa de explorar todo o Continente africano, ocorrem conflitos com os ingleses nesta partilha, e D. Carlos acaba por capitular e vai aceitar o ultimato inglês. Consequências disto, apontado como razão a monarquia e começam as primeiras revoltas que levam ao fim da Monarquia.

Os objectivos políticos de 1902 a 1910 são:

- Salvaguarda dos interesses em África;
- Neutralidade com os conflitos europeus;
- Recuperar economicamente o País.

Acaba a monarquia e começa a República, mas esta entrada não foi fácil. Após os diferendos políticos, Portugal decide entrar na 1ª Guerra Mundial, com o objectivo de criar um poder credível e ter uma posição vantajosa na Conferência de Versalhes (18 de Janeiro de 1911).

Período entre guerras, Oliveira Salazar, o seu Conceito Estratégico pode ser definido como:

- Voltar Portugal para a Igreja;
- Posição neutral perante os conflitos na Europa;
- Cumprir os acordos;

ANEXO H – Evolução do Conceito Estratégico de Defesa Nacional

- Garantir a neutralidade espanhola;
- Garantir o Ultramar.

Durante a 2ª Guerra Mundial o problema punha-se como actuar perante Hithler, e assim os objectivos políticos podem ser definidos como:

- Manter o estatuto de neutralidade;
- Cumprir compromissos com a Aliança Inglesa;
- Assegurar o Ultramar.

No período de 1949 a 1955, procura-se o reconhecimento internacional com a entrada de Portugal na NATO e ONU.

Com a Guerra de África, ficámos sem aliados no resto do mundo que originou um isolamento do país. Instalam movimentos de libertação em 3 frentes.

25 de Abril é difícil encontrar um Conceito Estratégico no entanto dá-se:

- Aparecimento dos partidos políticos;
- Portugal deixa de trabalhar para fora para trabalhar para dentro;
- Democracia, descolonização e desenvolvimento.

Desenvolvimentos actuais e que se inserem no âmbito deste trabalho

Linhas Gerais de Acção Estratégica

Em termos do quadro legal e programático, verificam-se em Portugal, algumas contradições e desequilíbrios. As linhas estratégicas de Portugal face ao processo comunitário europeu, e muito especialmente no que diz respeito à política externa, à segurança e à defesa comuns, encontram-se em diversos documentos.

Da análise dos mesmos, podemos extrair os seguintes aspectos principais:

A Constituição da República revista em 1997, apenas refere no seu Artº 7º que Portugal se “...*empenha no reforço da identidade europeia...*”.

Portugal não dispõe de um Conceito Estratégico Nacional, o qual deveria existir e é muito importante por dele emanarem outros, como por exemplo o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN). Deste, no que diz respeito aos objectivos actuais que traduzem as linhas de acção da estratégia global do estado, podem retirar-se de entre outros os seguintes:

— “*Participar no processo de aprofundamento da integração europeia, acompanhando neste contexto, os desenvolvimentos relativos às componentes de segurança e defesa europeias;*

ANEXO H – Evolução do Conceito Estratégico de Defesa Nacional

- *Garantir um quadro de alianças adequado que possibilite reduzir ao mínimo as vulnerabilidades, salvaguardando e promovendo ao máximo as potencialidades nacionais;*
- *Garantir uma componente militar de defesa própria que desencoraje a agressão, facilite, em caso de conflito, o restabelecimento da paz,... permita a satisfação dos compromissos internacionais assumidos... ”*

Face ao novo ambiente de segurança, o CEDN certamente passará a contemplar no futuro, a garantia da paz e segurança colectiva e o reforço da identidade europeia de segurança e de defesa.

No que diz respeito às orientações para as estratégias gerais, podemos extrair deste documento:

- No Plano Político Externo:
 - Participar em alianças, designadamente na NATO e na UEO;
 - Contribuir, no âmbito da UEO, para a criação da identidade europeia de segurança e defesa, como complemento da NATO;
 - Acompanhar a evolução da conjuntura internacional, procurando contribuir para prevenir, limitar ou gerir situações de tensão;
- No Plano Político Interno:
 - Desenvolver acções considerando uma maior ligação com os órgãos internacionais no âmbito da NATO e da UEO, visando o acesso a projectos de cooperação em investigação, desenvolvimento e produção, de interesse para a defesa nacional.
- No Plano Militar:
 - Adoptar uma postura estratégica defensiva e assegurar uma capacidade de defesa e de resistência que garanta a possibilidade de fazer funcionar os mecanismos de contenção e se necessário a solidariedade militar aliada;
 - Providenciar que as Forças Armadas possam:
 - Actuar como instrumento da política externa do Estado;
 - Satisfazer os compromissos assumidos por Portugal no âmbito da NATO e da UEO;
 - Melhorar a inserção na estrutura militar integrada da NATO e a participação na UEO

ANEXO H – Evolução do Conceito Estratégico de Defesa Nacional

Portugal deve procurar a afirmação de identidade nacional na diversidade europeia e garantindo a segurança externa através da modernização das FA, da participando activamente na Aliança Atlântica e na contribuição no âmbito da UEO, para a criação do pilar europeu, além de participar na definição da PESC, valorizando a posição geoeconómica do país e preservando a solidariedade e o relacionamento estratégico transatlântico¹.

A Directiva Ministerial de Defesa Militar-1997, contém orientações e directrizes a seguir pelo Estado português, sendo de destacar no âmbito deste trabalho, os seguintes aspectos:

- Manter a participação empenhada na revitalização e aprofundamento da NATO;
- Defesa da articulação UEO/NATO e manutenção da política de conferir à UEO, as forças atribuídas á NATO “dupla utilização”. Neste contexto Portugal defende a necessidade de conferir uma capacidade operacional à UEO, com base no uso de meios NATO, evitando duplicações indesejáveis;
- Avaliar as modalidades de participação nas EUROFORÇAS e na Brigada Anfíbia Anglo-Holandesa, colocando Portugal, como “país charneira”, apostado em contribuir para a afirmação de uma IESD;

Das grandes opções de Portugal em termos de política europeia para 1997, face ao processo de construção europeia, podem extrair-se os seguintes aspectos²:

- Continuar a contribuir para a progressiva definição da PESC;
- Contribuir para um desejável empenhamento crescente da União, na área da defesa e da segurança, através de uma articulação eficaz da UEO, no quadro de uma identidade europeia de defesa e segurança, compatível com a NATO;
- Em termos das relações bilaterais, prosseguir o esforço da presença diplomática nos países da UE.

Assim o actual conceito estratégico de defesa nacional prevê como objectivos actuais:

- Vontade colectiva de defesa;

¹ Lei nº 69/93 de 24Set (Lei das Opções Estratégicas 94/99)

² WWW. Min - NEstrangeiros.pt

ANEXO H – Evolução do Conceito Estratégico de Defesa Nacional

- Valorizar a capacidade de acção e de afirmação;
- Participar na NATO;
- Participar na integridade europeia;
- Desenvolver e consolidar laços históricos e culturais;
- Garantir um quadro de alianças que minimize vulnerabilidades;
- Garantir uma componente militar de defesa própria;

Como orientações para as estratégias gerais refere:

- Afirmar a presença de Portugal no mundo;
- Valorizar as comunidades portuguesas no mundo;
- Participar em alianças (OTAN e UEO);
- Participar nas OI (ONU e CSCE);
- Contribuir na UEO para a criação de uma IESD, complementar à NATO;
- Desenvolver diálogo e cooperação (lusófonos e países vizinhos);
- Desenvolver e consolidar relações bilaterais, para um correcto equilíbrio regional;
- Acompanhar a evolução da conjuntura internacional.

O Programa do Governo³ expressa as principais orientações e medidas da política de DN. Para além do Programa do Governo, mas perfeitamente articulado e sintonizado com ele, as Grandes Opções Políticas (GOP) para 2000-2003, são também uma forma do Governo expor as suas intenções no que concerne ao desenvolvimento da Política de Defesa Nacional, objectivos concretos actuais e medidas para os alcançar.

O Programa do Governo, tal como as GOP2000-2003, reconhece três eixos fundamentais sobre os quais a PDN deve exercer a sua atenção e acção:

- O aparecimento de novas ameaças e riscos, geradores de um novo ambiente geo-estratégico, resultantes do fim do sistema bipolar e da globalização da economia;
- A redefinição da base de sustentação da defesa por parte do conjunto das instâncias do Estado e da própria população;

³ Programa do XIV Governo Constitucional, A defesa como elemento estruturante da identidade nacional e da afirmação de Portugal no mundo, 1999.

ANEXO H – Evolução do Conceito Estratégico de Defesa Nacional

- A adequação das Forças Armadas às missões que lhes competem constitucionalmente.

Ainda no âmbito do Programa do Governo são definidos dois vectores da PDN:

- No Quadro Multilateral, onde é afirmada a intenção de uma participação activa na construção das políticas europeias comuns em matéria de relações externas, no quadro multilateral em que Portugal se insere, com vista ao estabelecimento de um sistema internacional capaz de promover a solução negociada dos conflitos e garantir a paz. Portugal concorda e apoia a reformulação doutrinal e estrutural da OTAN, assim como o seu alargamento gradual e a consolidação da PfP, atendendo a que estas transformações visam adequar a organização à nova situação e orientam-se para a obtenção de uma maior estabilidade no sistema internacional.
- No Quadro Bilateral, onde as acções de cooperação e diálogo se desenvolverão nas seguintes áreas: com os nossos aliados tradicionais, como sejam os EUA, país ao qual nos liga o "Acordo de Cooperação e Defesa", cujas potencialidades deverão ser devidamente aprofundadas; nos projectos de cooperação técnico-militar com os países de língua oficial portuguesa, em virtude dos laços históricos e relevantes interesses comuns que nos ligam; com os novos países democráticos do Centro e Leste europeu; com outros países que se inserem em regiões cujo equilíbrio é particularmente relevante para a defesa dos interesses nacionais, como é o caso da bacia do Mediterrâneo.

O Conceito Estratégico Nacional (CEDN) data de 1994, e é objectivo do Governo durante o período 2000-2004 proceder á sua revisão, projecto aliás que se encontra em curso, no sentido de o adaptar aos desenvolvimentos que desde essa data enformam a realidade nacional e internacional.